

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
FACULDADE DE NUTRIÇÃO  
MESTRADO EM NUTRIÇÃO**



**AÇÕES DE PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL  
DESENVOLVIDAS EM ESCOLAS PRIVADAS DE ALAGOAS**

**ANNE CAROLYNE INÁCIO DOS SANTOS**

**MACEIÓ – ALAGOAS**

**2 0 1 4**

**ANNE CAROLYNE INÁCIO DOS SANTOS**

**AÇÕES DE PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL  
DESENVOLVIDAS EM ESCOLAS PRIVADAS DE ALAGOAS**

Dissertação apresentada à Faculdade de Nutrição da  
Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial à  
obtenção do título de Mestre em Nutrição.

**Orientador: Prof. Dr. Haroldo da Silva Ferreira.**

Faculdade de Nutrição  
Universidade Federal de Alagoas

**Co-orientadora: Prof. Dra. Risia Cristina Egito de Menezes.**

Faculdade de Nutrição  
Universidade Federal de Alagoas

**MACEIÓ – ALAGOAS**

**2 0 1 4**

**Catálogo na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Central**

Bibliotecária: Taciana Sousa dos Santos – CRB-4 – 2062

- S237a Santos, Anne Carolyne Inácio dos.  
Ações de promoção da alimentação adequada e saudável desenvolvidas em escolas privadas de Alagoas / Anne Carolyne Inácio dos Santos. – 2020.  
103 f. : il. ; tabs.
- Orientador: Haroldo da Silva Ferreira.  
Coorientadora: Risia Cristina Egito de Menezes.  
Dissertação (Mestrado em Nutrição) – Universidade Federal de Alagoas.  
Faculdade de Nutrição. Programa de Pós-Graduação em Nutrição. Maceió, 2020.
- Inclui bibliografias.  
Apêndices: f. 87-101.  
Anexo: f. 103.
1. Alimentação saudável. 2. Alimentação escolar. 3. Educação alimentar e nutricional. 4. Segurança alimentar. 5. Cantinas escolares. I. Título.

CDU: 613.22



MESTRADO EM NUTRIÇÃO  
FACULDADE DE NUTRIÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS



Campus A. C. Simões  
BR 104, km 14, Tabuleiro dos Martins  
Maceió-AL 57072-970  
Fone/fax: 81 3214-1160

PARECER DA BANCA EXAMINADORA DE DEFESA DE  
DISSERTAÇÃO

AÇÕES DE PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E  
SAUDÁVEL DESENVOLVIDAS EM ESCOLAS PRIVADAS DE  
MACEIÓ – ALAGOAS

por

**ANNE CAROLYNE INÁCIO DOS SANTOS**

A Banca Examinadora, reunida no dia 10 do mês de abril do ano de  
2014, considera a candidata Arrejada.

Risia Cristina Egito de Menezes

**Prof. Dra. Risia Cristina Egito Menezes.**

Faculdade de Nutrição  
Universidade Federal de Alagoas  
(Co-orientadora)

Sandra Maria Chaves dos Santos

**Prof. Dra. Sandra Maria Chaves dos Santos.**

Faculdade de Nutrição  
Universidade Federal da Bahia  
(Examinador)

Luis Paulo Mercado

**Prof. Dr. Luis Paulo Mercado**  
Centro de Educação  
Universidade Federal de Alagoas  
(Examinador)

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho as minhas mãe's Salete Inácio e Celma Inácio, pelo apoio, dedicação e amor de sempre...

Sem vocês, a conclusão desta etapa não seria possível!

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, pelo dom da vida, oportunidades concedidas a cada dia e pelos momentos mais difíceis em que seguraste minhas mãos;

A minha querida mãezinha, Salete Inácio, fonte inspiradora e motivo de tudo;

A minha família, linda, pequena, unida e sempre presente;

Ao grande João Paulo Teotônio, pelos incentivos e apoio sempre que foi necessário;

As minhas queridas amigas Tathiana Barros e Karla Viana, pela força e lágrimas divididas nos momentos mais difíceis desta etapa;

As minhas “Detes” queridas, amigas que adquiri no Programa de pós graduação e levarei para toda vida;

A equipe do LNBA pelas árduas coletas, companheirismos, risos e encorajamento quando foi necessário;

Ao meu orientador, Prof. Dr. Haroldo da Silva Ferreira, pela orientação, experiência e conhecimentos compartilhados;

A minha co-orientadora, Prof. Dra. Risia Cristina Egito Menezes, pelos conhecimentos compartilhados, orientação, paciência e palavras de incentivo;

Aos atores principais deste estudo, pela disponibilidade em fornecer os dados, mesmo quando o tempo se mostrava curto demais para tantas atividades;

O meu “Muito Obrigada” a todos que contribuíram direta e indiretamente para a construção de mais uma etapa da minha vida!

## **RESUMO GERAL**

**SANTOS, ACI. AÇÕES DE PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL DESENVOLVIDAS EM ESCOLAS PRIVADAS DE ALAGOAS. 2014.**

Dissertação (Mestrado em Nutrição) - Programa de Pós-Graduação em Nutrição, Faculdade de Nutrição, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2014.

Esta dissertação foi realizada a partir de um subprojeto vinculado a uma investigação intitulada “Avaliação da realização do Direito Humano à Alimentação Adequada entre os alunos da rede pública e privada de ensino fundamental do estado de Alagoas” aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alagoas (processo n.º 017299/2011-43). Seu objetivo foi caracterizar as atividades relacionadas à promoção da alimentação adequada e saudável (PAAS) realizadas no âmbito das escolas privadas de ensino fundamental de Maceió- AL. Para isso, a dissertação está composta por um capítulo de revisão da literatura pertinente à abordagem teórica do tema e de um artigo original.

Foram entrevistados diretores, coordenadores e professores (responsáveis pela PAAS) oriundos de 41 estabelecimentos selecionados por sorteio (41/220). A maioria dos coordenadores afirmaram constar PAAS no Projeto-Político-Pedagógico da escola. Apenas cinco conseguiram localizar tal documento e disponibilizá-lo para análise, na qual não se constatou tal afirmação. A maioria dos professores eram pedagogos, não estudaram sobre nutrição na graduação, não participaram de capacitações e entendiam Segurança Alimentar e Nutricional como “segurança higiênico-sanitária”. Foram identificadas 16 diferentes atividades de PAAS nas escolas, sendo as mais citadas “Feira/Mostra cultural/científica” e palestras. Não havia normatização/orientação profissional para o funcionamento das cantinas, ficando esse sob exclusiva responsabilidade de seus proprietários. Conclui-se que as atividades de PAAS nas escolas particulares de Maceió ocorrem de forma heterogênea e não sistemática. Não existe regulamentação ou apoio profissional quanto ao funcionamento das cantinas, de modo a garantir que essas propiciem alternativas de alimentação saudável. A falta de capacitação em alimentação e nutrição dos professores e a ausência de planejamento específico são óbices para

uma maior efetividade da PAAS nessas escolas, o que representa um sério risco à saúde dos estudantes.

**Palavras-chave:** Alimentação Escolar; Educação Alimentar e Nutricional; Segurança Alimentar e Nutricional; Promoção da saúde; Epidemiologia Nutricional

**GENERAL ABSTRACT**

SANTOS , ACI . **Actions to promote proper and healthy meals taken in private schools of alagoas. 2014.** Dissertation (Masters in Nutrition ) - Graduate Program in Nutrition , Faculty of Nutrition , Federal University of Alagoas , Maceió , 2014.

This dissertation was carried out based on a subproject linked to an investigation entitled "Evaluation of the realization of the Human Right to Adequate Food among public and private elementary school students in the state of Alagoas" approved by the Research Ethics Committee of the Federal University of Alagoas (case no. 017299 / 2011-43).

The objective was to characterize the activities to promote adequate and healthy food (PAAS) in private elementary schools in Maceió. Directors, coordinators and teachers (responsible for PAAS) from 41 randomly selected establishments (41/220) were interviewed. Most of the coordinators stated that PAAS was included in the school's Political-Pedagogical Project. Only five of these coordinators were able to locate such document and make it available for analysis, in which no such statement was found. Most of the teachers were pedagogue, did not study food and nutrition at graduation or underwent training afterwards, and understood Food and Nutritional Security as "hygienic-sanitary security". Sixteen different PAAS activities were identified in schools, the most cited being "cultural/scientific fair" and lectures. There was no regulation or professional orientation for the operation of the canteens, which occurred under the exclusive responsibility of their owners. It is concluded that PAAS activities in private schools in Maceió occur in a heterogeneous and non-systematic way. There is no regulation or professional support regarding the operation of canteens to ensure that they provide healthy eating alternatives. The lack of training in food and nutrition for teachers and the lack of specific planning are obstacles to greater effectiveness of PAAS in these schools. This situation represents a serious risk to the health of the students.

**Keywords:** School Feeding; Food and Nutrition Education; Health Promotion; Food and Nutrition Security; Nutritional Epidemiology

## LISTA DE TABELAS

### Página

### Artigo Original

Tabela 1	Ações de promoção da alimentação adequada e saudável (PAAS) em escolas privadas (n=41) de ensino fundamental de Maceió, segundo informações obtidas com coordenadores pedagógicos.	59
Tabela 2	Ações de promoção da alimentação adequada e saudável (PAAS) em escolas privadas (n=41) de ensino fundamental de Maceió, segundo informações obtidas com coordenadores (C) e professores (P).	60
Tabela 3	Caracterização dos professores que, segundo os coordenadores pedagógicos das escolas, eram os principais responsáveis pela realização das ações de promoção da alimentação adequada e saudável (PAAS). Estudo em escolas (n=41) privadas de ensino fundamental de Maceió.	61
Tabela 4	Caracterização das ações de promoção da alimentação adequada e saudável (PAAS) em escolas privada (n=41) de ensino fundamental de Maceió, segundo informações obtidas com professores (P) e coordenadores (C).	62

### Lista de abreviaturas e siglas

<b>AE</b>	<b>Alimentação Escolar</b>
<b>ADA</b>	<b>American Dietetic Association</b>
<b>AL</b>	<b>Alagoas</b>
<b>ASFSA</b>	<b>American School Food Service Association</b>
<b>CONEP</b>	<b>Comissão Nacional de Ética em Pesquisa</b>
<b>CONSEA</b>	<b>Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional</b>
<b>DHAA</b>	<b>Direito Humano à Alimentação Saudável</b>
<b>FAO</b>	<b>Food and Agriculture Organization</b> <b>(Organização da Alimentação e Agricultura)</b>
<b>FNDE</b>	<b>Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação</b>
<b>IBGE</b>	<b>Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística</b>
<b>INEP</b>	<b>Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais</b> <b>Anísio Teixeira</b>
<b>IPEA</b>	<b>Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada</b>
<b>LOSAN</b>	<b>Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional</b>
<b>MEC</b>	<b>Ministério da Educação</b>
<b>MS</b>	<b>Ministério da Saúde</b>
<b>OMS</b>	<b>Organização Mundial de Saúde</b>
<b>OPEAS</b>	<b>Oficina Permanente de Educação Alimentar e em Saúde</b>
<b>PeNSE</b>	<b>Pesquisa Nacional de Saúde do escolar</b>
<b>PCN</b>	<b>Parâmetros Curriculares Nacionais</b>
<b>PNAE</b>	<b>Programa Nacional de Alimentação Escolar</b>
<b>PPP</b>	<b>Projeto Político Pedagógico</b>
<b>PAAS</b>	<b>Promoção da Alimentação Adequada e Saudável</b>
<b>PNAN</b>	<b>Política Nacional de Alimentação e Nutrição</b>
<b>PNPS</b>	<b>Política Nacional de Promoção da Saúde</b>
<b>SAN</b>	<b>Segurança Alimentar e Nutricional</b>
<b>SEMED</b>	<b>Secretaria Municipal de Educação</b>
<b>SEADS</b>	<b>Secretaria de Estado da Assistência e Desenvolvimento Social</b>
<b>SISAN</b>	<b>Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional</b>

<b>TCLE</b>	<b>Termo de Consentimento Livre e Esclarecido</b>
<b>UFAL</b>	<b>Universidade Federal De Alagoas</b>
<b>WHO</b>	<b>World Health and Organization</b>

**SUMÁRIO**

<b>1. INTRODUÇÃO GERAL.....</b>	<b>16</b>
<b>2. REVISÃO DE LITERATURA.....</b>	<b>24</b>
<b>2.1 PROMOÇÃO DE ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL NAS ESCOLAS.....</b>	<b>26</b>
<b>2.2. POLÍTICAS NACIONAIS PARA PROMOÇÕES DE ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL NAS ESCOLAS.....</b>	<b>30</b>
<b>2.3 A ATUAÇÃO DO NUTRICIONISTA NA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL.....</b>	<b>31</b>
<b>2.4 ATUAÇÃO DE GESTORES ESCOLARES NA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.....</b>	<b>33</b>
<b>2.5 Atuação do professor na alimentação escolar.....</b>	<b>37</b>
<b>3. ARTIGO ORIGINAL (PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL NA REDE PARTICULAR DE ENSINO FUNDAMENTAL DE MACEIÓ, ALAGOAS).....</b>	<b>39</b>
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>63</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>66</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>75</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>91</b>

**INTRODUÇÃO GERAL**

## 1. INTRODUÇÃO

---

A promoção da saúde consiste num conjunto de estratégias focadas na melhoria da qualidade de vida dos indivíduos e coletividades. Pode se materializar por meio de políticas, estratégias, ações e intervenções no meio com objetivo de atuar sobre os condicionantes e determinantes sociais de saúde, de forma intersetorial e com participação popular, favorecendo escolhas saudáveis por parte dos indivíduos e coletividades no território onde residem, estudam ou trabalham (Brasil, 2013). As ações de promoção da saúde são potencializadas por meio da articulação dos diferentes setores da saúde, além da articulação com outros setores. Essas articulações promovem a efetividade e sustentabilidade das ações ao longo do tempo, melhorando as condições de saúde das populações (Brasil, 2013)

O estabelecimento de guias de alimentação e nutrição saudável tem por base o reconhecimento de que um nível ótimo de saúde depende da nutrição. Com o aumento da prevalência da obesidade e das doenças a ela associadas, há que se combinar orientações para a redução das deficiências nutricionais, com orientações visando a prevenção das doenças crônicas não transmissíveis (SICHERI et al. 2000).

Um espaço favorável às mudanças do estilo de vida seria o ambiente escolar, pois neste poderia haver intervenções de forma direta no cotidiano do indivíduo e, através de ações de promoção da alimentação saudável, tornar os escolares aptos a fazerem escolhas corretas no que se refere a alimentação. A promoção da alimentação saudável precisa ter como enfoque principal o resgate de hábitos alimentares regionais, estimulando o consumo de alimentos *in natura*, produzidos em nível local, integrados à cultura da região e de alto valor nutritivo, como frutas, legumes e verduras, grãos integrais, leguminosas, sementes e castanhas, sendo também fundamental a manutenção das condições higiênico-sanitária dos alimentos, desde a produção até o consumo (BRASIL, 2010b)

Em 2002, a Organização Mundial da Saúde (OMS) divulgou o manual “Estratégia Mundial sobre Alimentação Saudável, Atividade Física e Saúde”, um trabalho destinado à promoção da saúde de grupos populacionais em todo o mundo, no qual são apresentados os conhecimentos científicos disponíveis sobre as principais evidências relacionadas à dieta, atividade física e doenças crônicas não transmissíveis (EG/OMS/2003). Segundo a OMS (2003) essa estratégia tem

contribuído para a redução da prevalência de algumas dessas doenças em países como Finlândia, Cingapura e Japão. No Brasil, uma das ações adotadas pelo Ministério da Saúde (MS) em acordo com a proposta dessa estratégia foi à elaboração dos *10 Passos para a Alimentação Saudável (BRASIL, 2014)*.

Tendo em vista as estratégias citadas anteriormente, o ambiente escolar é bastante propício ao desenvolvimento de atividades educativas no que se refere à alimentação saudável, não só por ser um espaço destinado à educação, mas também pela facilidade de interação constante e sistemática com os escolares. A universalização do acesso à educação no Brasil é uma realidade. Em 2002, 93,8% das crianças e adolescentes entre 7 e 14 anos frequentavam o ensino fundamental (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; 2004).

Schmidt et al. (2008) argumentam que a escola é propícia à execução de programas de educação em saúde. Estes devem consistir em processos ativos, lúdicos e interativos, que favoreçam mudanças de atitudes e das práticas alimentares. Ressalta-se a importância da escola desenvolver estratégias de intervenção que envolvam toda a comunidade escolar na formação de hábitos de vida saudáveis, propiciando aos escolares um ambiente com opções de lanches nutricionalmente equilibrados, exercícios físicos regulares e programas de educação nutricional (ADA, 2003).

Desde 1954, a Comissão de Especialistas em Educação em Saúde da Organização Mundial da Saúde colocou a necessidade de serem realizadas, dentro do espaço escolar, diversas atividades que favorecessem a promoção da saúde, e não somente o trabalho de transmissão de conhecimentos sobre aspectos relacionados à saúde. Nesse sentido, foi apresentada uma abordagem inicial ao conceito de Escola Promotora de Saúde, que incentivava o desenvolvimento humano saudável e as relações construtivas e harmônicas (OMS, 1954).

Propondo-se flexíveis, inovadores, de caráter integrador e promotores de cidadania, os Parâmetros Curriculares Nacionais constituem o plano curricular oficial para o ensino fundamental brasileiro. Além das disciplinas tradicionais, abrangem seis temas transversais: ética, pluralidade cultural, meio ambiente, saúde, orientação sexual e trabalho e consumo. Entende-se que o ensino sobre nutrição seja fundamental para a promoção da saúde e, assim sendo, a educação nutricional e

atividades que promovam uma alimentação saudável não podem deixar de fazer parte de um plano nacional de ensino (BIZZO; LEDER, 2005)

A promoção da alimentação adequada e saudável (PAAS) encontra-se inserida como um dos temas prioritários da Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) (BRASIL, 2015) e corresponde a uma das diretrizes da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) (BRASIL, 2013). É descrita como um conjunto de estratégias que proporcione aos indivíduos e coletividades a realização de práticas alimentares apropriadas aos seus aspectos biológicos e socioculturais, bem como ao uso sustentável do meio ambiente (BRASIL, 2013).

A Promoção da Alimentação Adequada e Saudável (PAAS), reflete a preocupação com a prevenção e com o cuidado integral dos agravos relacionados à alimentação e nutrição, tais como as carências nutricionais específicas, a desnutrição, a obesidade e determinadas doenças crônicas não transmissíveis, além de contemplar necessidades alimentares especiais tais como doença falciforme, hipertensão, diabetes, câncer, doença celíaca, entre outras (Brasil, 2013).

Diferentes estratégias têm sido pensadas no sentido de estimular a autonomia dos indivíduos para a realização de escolhas e de favorecer a adoção de práticas alimentares e de vida saudáveis. Nesse sentido, as ações de PAAS fundamentam-se nas dimensões de incentivo, apoio, proteção e promoção da saúde e devem combinar iniciativas focadas em (Brasil, 2013):

- políticas públicas;
- criação de ambientes favoráveis à saúde nos quais o indivíduo e comunidade possam exercer o comportamento saudável;
- reforço da ação comunitária;
- desenvolvimento de habilidades pessoais por meio de processos participativos e permanentes;
- reorientação dos serviços na perspectiva da promoção da saúde.

O conhecimento da nutrição é uma construção na qual os nutricionistas, que trabalham com educação nutricional, vêm tentando estabelecer o desenvolvimento cognitivo do indivíduo, relacionando à informação acerca do alimento e da nutrição. Uma destas relações seria a disponibilização de informações que, aumentando o conhecimento do indivíduo, ou mudando suas crenças, sobre alimentos e nutrição, traria atitudes e comportamentos desejados (VARGAS; LOBATO, 2007).

Entre as possíveis medidas de intervenção, destaca-se a educação nutricional como um componente decisivo na promoção de saúde, porém as reflexões sobre as possibilidades e limites da educação alimentar e nutricional, assim como o modo como ela é concebida, ainda são escassas (SANTOS et al 2005).

Diante do exposto, evidencia-se a importância da promoção da alimentação adequada em todas as fases da vida, não só em virtude de sua importância como estratégia de enfrentamento ao perfil epidemiológico que ora se apresenta, mas, sobretudo, por ser direito de cada pessoa ter o acesso físico e econômico, ininterruptamente, à alimentação adequada ou aos meios para obter estes alimentos, sem comprometer os recursos para obter outros direitos fundamentais, como saúde e educação. O direito humano à alimentação adequada significa tanto que as pessoas estão livres da fome e da desnutrição, mas também têm acesso a uma alimentação adequada e saudável (BURITY et al. 2010).

Nessa perspectiva, é compreensível que o ambiente escolar represente um espaço privilegiado para que hábitos alimentares saudáveis sejam estabelecidos. Para isso, o tema alimentação adequada e os meios para sua efetivação, deveriam constar como conteúdo nos planos de ensino escolar, sobretudo, do Ensino Fundamental, contando com profissionais devidamente capacitados para essa tarefa.

Considerando que nenhum estudo fora realizado em Maceió com o objetivo de abordar essa questão e que para o planejamento e avaliação das políticas públicas direcionadas à garantia de uma alimentação adequada aos escolares, há necessidade de um diagnóstico da situação vigente, o que justifica a realização de estudos que investiguem a existência e características de ações que promovam a alimentação saudável no âmbito escolar.

Nessa perspectiva, realizou-se o presente estudo, o qual está vinculado a um projeto maior denominado “Avaliação da realização do direito humano à alimentação adequada entre os alunos da rede pública e privada de ensino fundamental do estado de Alagoas”, o qual atende o seguinte objetivo:

- a) Investigar a existência de atividades de promoção da alimentação adequada e saudável no ambiente escolar e quais suas características;

Para o que elaborou-se um sub-projeto específico que teve como objetivo geral caracterizar as atividades de promoção da alimentação adequada e saudável (PAAS) nas escolas privadas de ensino fundamental de Maceió.

Entre os objetivos específicos estão:

- Identificar, no Plano Político Pedagógico/PPP dos estabelecimentos, a existência explícita de ações e conteúdos relativos à PAAS;
- Caracterizar a formação e capacitação específica dos docentes responsáveis pelas ações e conteúdos sobre PAAS na escola;
- Relacionar os conteúdos e ações de PAAS que, efetivamente, são desenvolvidos no âmbito escolar.

Para isso, apresenta um artigo original realizado a partir de dados primários obtidos por meio de inquérito realizado nas escolas, o qual é precedido por um capítulo de revisão da literatura inserido com o intuito de apresentar os referenciais teóricos relacionados ao tema investigado.

Pretende-se com a realização desta pesquisa responder a seguinte pergunta norteadora:

1. Existem ações de promoção da alimentação adequada e saudável sendo desenvolvidas nas escolas privadas de ensino fundamental de Maceió e quais os obstáculos e oportunidades para serem desenvolvidas?

**REVISÃO DE LITERATURA**

## 2. REVISÃO DE LITERATURA

---

A escola é uma instituição responsável pela formação de pessoas que estão em processo de desenvolvimento. Todos que estão ali (professores, funcionários, alunos, pais e donos (as) de cantina), que formam a comunidade escolar, precisam estar envolvidos com o processo educativo, porque a vida, a saúde e a preparação de um futuro melhor e mais saudável para crianças e jovens é uma responsabilidade não só do Estado ou da família, mas de toda população (MS, 2003).

Ações de educação alimentar e nutricional e a adoção de práticas criativas de incentivo ao consumo de alimentos mais saudáveis devem ser desenvolvidas no âmbito escolar, orientando e incentivando sua comunidade aos aspectos relacionados à promoção da saúde e prevenção de doenças. Essas ações podem contribuir para uma vida mais saudável e para a prevenção das doenças veiculadas por alimentos, das doenças crônicas não transmissíveis (obesidade, hipertensão, diabetes mellitus tipo 2, doenças cardiovasculares, câncer) e para o controle das carências nutricionais, como a anemia por deficiência de ferro, a deficiência de vitamina A e os distúrbios por deficiência de iodo (bócio) (Brasil, 2006).

A identificação de uma pessoa que faça a interlocução, assumindo e facilitando esse processo, junto aos demais membros da comunidade escolar, é fundamental para garantir a execução do mesmo. Os produtores e fornecedores de alimentação no ambiente escolar devem estar conscientes da sua responsabilidade com a saúde das crianças, pois normalmente são as únicas opções de alimentação no local (Brasil, 2006).

A alimentação saudável precisa ter como enfoque principal o resgate de hábitos alimentares regionais, estimulando o consumo de alimentos *in natura*, produzidos em nível local, integrados à cultura da região e de alto valor nutritivo, como frutas, legumes e verduras, grãos integrais, leguminosas, sementes e castanhas, além de ser fundamental a higiene desde sua produção ao consumo. Assim, uma alimentação saudável é constituída por alimentos com alta concentração de grãos (arroz, milho e trigo), que precisam ser consumidos em maior quantidade durante o dia, frutas, legumes e verduras e alimentos como cereais integrais, leguminosas, sementes e castanhas, que são fontes de proteína. Além disso, existem os alimentos de origem animal (carne vermelha, branca, ovos, leite e

derivados) que precisam ser consumidos em menor quantidade, de preferência com baixos teores de gordura (MS, 2003)

## **2.1 Promoção de alimentação saudável nas escolas**

Segundo Macedo (2005), no contexto pedagógico, cada fase de desenvolvimento da criança implica em uma relação diferente com o meio. Um estudo sobre as potencialidades e habilidades de um grupo de pré-escolares destaca que o desempenho infantil foi influenciado pelo nível de auto-estima, condições de socialização, idade e trabalho pedagógico da instituição, enfatizando a importância do conhecimento das características do desenvolvimento infantil pelos educadores para seleção apropriada de estímulos (Nicolau, 1997). Com isso se dá a importância da capacitação profissional para abordar o tema alimentação saudável de forma condizente a cada ciclo e desenvolvimento infantil.

A promoção de práticas alimentares e estilo de vida saudável para crianças e adolescentes tem se tornado prioridade em políticas de saúde em todo o mundo, principalmente diante do panorama de transição epidemiológica, nutricional e demográfica. No Brasil, segundo a Pesquisa de Orçamento Familiar 2008/09, vem ocorrendo aumento da prevalência de excesso de peso nesta população, embora ainda sejam identificados casos de desnutrição (IBGE, 2011).

A escola foi pensada como um espaço ideal para o desenvolvimento de ações voltadas à promoção da alimentação saudável e prática de atividade física. Assim, a inserção desses temas como componentes transversais aos currículos do ensino infantil, fundamental e médio pode dar sustentabilidade às iniciativas de educação em saúde. Os alunos devem ser estimulados a discutir os benefícios e os riscos à saúde de suas escolhas alimentares. Incluir no calendário escolar a Semana da Alimentação Saudável, com a participação de toda a comunidade escolar, pode ser uma das estratégias de trabalho (Brasil, 2006).

Os responsáveis pelo Ensino Fundamental devem considerar os recursos de aprendizagem e desenvolvimento cognitivos, afetivos, sociais, entre outros, bem como valorizar os aspectos lúdicos de atividades que despertem interesses e promovam satisfação ao público assistido (MACEDO, 2005; NASSIF; CAMPOS, 2005; GALVÃO, 1998), sendo assim tão importante quando se trabalha um tema complexo como a alimentação.

Na perspectiva da Educação Alimentar e Nutricional, a escola pública propicia o processo por meio do fornecimento da alimentação, pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), cujo caráter universal permite, segundo fontes oficiais, que cerca de 46 milhões de alunos, das creches ao ensino médio e de jovens e adultos sejam atendidos, além das oportunidades de ensino-aprendizagem nas diferentes áreas do currículo (BRASIL, 2009).

Cabe ao nutricionista à responsabilidade técnica pelo PNAE e o planejamento de atividades direcionadas ao público-alvo específico, considerando seus aspectos psicomotores, afetivos e cognitivos e os estímulos adequados, respeitando-os como cidadãos, visando atingir seus objetivos educativos (BRASIL, 2009).

Em 2006 foi publicada a Portaria Interministerial nº1010, tendo por objetivo instituir diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas escolas de Educação Infantil, Fundamental e Ensino Médio, a rede pública e privada, a fim de favorecer a adoção de hábitos saudáveis no ambiente escolar. Para este fim, verificou-se a necessidade de incorporação do tema "alimentação saudável" no projeto pedagógico da escola, permeando todas as áreas de estudo e propiciando experiências no cotidiano. (BRASIL, 2006)

Esta diretriz foi reforçada com a sanção da Lei 11.947 (PNAE), em junho de 2009, enfatizando que a promoção da educação alimentar e nutricional, sanitária e ambiental nas escolas, deve ser fruto da ação conjunta dos profissionais da educação e do responsável técnico, o nutricionista (BRASIL, 2009)

Estes marcos regulatórios constituíram também em importantes indutores para a criação dos Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição Escolar (CECANE), em Universidades Públicas Federais, cujo objetivo é apoiar ações que resultem na promoção da alimentação saudável e da segurança alimentar e nutricional na escola, abrangendo a formação de profissionais da saúde, da educação e outros atores envolvidos com a alimentação escolar (cozinheiras, conselheiros do Conselho de Alimentação Escolar, dentre outros). Dentre essas ações, um dos seus principais focos, é o desenvolvimento de atividades de Educação Permanente em Saúde, dirigidas à equipe envolvida na alimentação escolar (SANTOS et al. 2013).

No estudo de Santos et al. (2013), é citado o "Projeto educando com a horta escolar", da FAO em parceria com o FNDE, que tem como ideia central formar

profissionais capazes de promover hábitos alimentares saudáveis e educação ambiental dentro das escolas a partir da horta escolar e da gastronomia.

A proposta da horta escolar consiste em auxiliar aulas práticas de disciplinas diversas, como Língua Portuguesa, Ciências, Geografia, História, envolvendo docentes e discentes, devendo fazer parte de projetos com objetivos e metodologias claros (TRIGO; SILVA, 2011) e implementados de modo que haja discussão integrada das temáticas da alimentação, nutrição, ambiente e currículo escolar, potencializando ações pedagógicas que visam: reflexões e mudanças nos hábitos alimentares dos escolares; adaptações de cardápios escolares às especificidades locais; ampliação das possibilidades de trabalhar com projetos de Educação Ambiental; melhoria da qualidade do trabalho pedagógico e no desempenho dos alunos no que se refere à aprendizagem e à lida com a alimentação (SANTOS et al. 2013).

A educação alimentar e nutricional deve atender aos preceitos da promoção de saúde, no tocante a alimentação e saúde, de acordo com as diretrizes da legislação vigente e respeitando as diferenças individuais e coletivas, com intuito de auxiliar os indivíduos a construir seus hábitos alimentares em consonância com sua história de vida, habilidades e realidades econômica, cultural e social (IULIANO; MANCUSO; GAMBARDELLA, 2009).

Segundo Iuliano, Mancuso e Gambardella (2009), o quadro epidemiológico e nutricional atual e o conceito de promoção de saúde vigentes, vem sendo bastante discutido, como importante estratégia para formação de hábitos alimentares saudáveis na escola, com conseqüente controle de doenças crônico não-transmissíveis na população como um todo, mas, que pouco se conhece a respeito das iniciativas que vêm sendo tomadas para tal. Segundo esses autores, o conhecimento destas iniciativas pode fomentar novos direcionamentos para política atual, bem como orientar discussões pedagógicas entre nutricionistas e demais profissionais envolvidos na educação alimentar e nutricional no âmbito escolar.

## **2.2. Políticas nacionais para promoções de alimentação saudável nas escolas**

Parreira (2002) cita que dentre os locais indicados para a realização da promoção de saúde e nutrição, a escola é um espaço privilegiado, uma vez que o indivíduo a frequenta por importante e longo período de sua vida, é um ambiente em

que ocorrem experiências que promovem a construção de valores, hábitos e atitudes com intuito inerentemente pedagógico, mas visando também o desenvolvimento e a aprendizagem para formação social e do cidadão.

Corroborando com o que foi exposto acima, o Ministério da Educação e o da Saúde são co-responsáveis por assegurar a implantação da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) (BRASIL, 2013) e da Política Nacional de Promoção de Saúde (PNPS) (MS, 2015) nas escolas, em consonância com os critérios de execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (BRASIL, 2009).

Segundo a PNAN, a alimentação e nutrição adequadas constituem requisitos essenciais à confirmação do completo potencial de crescimento e desenvolvimento com qualidade de vida, bem como podem prevenir doenças carenciais, a obesidade e co-morbidades associadas, além de constituir-se em direito humano indispensável à construção da cidadania (BRASIL, 2013), nos quais se identifica a intrínseca relação da educação nutricional com a promoção de saúde, enfatizada especificamente por uma de suas diretrizes: “promoção de práticas alimentares e estilos de vida saudáveis” (IULIANO; MANCUSO; GAMBARDELLA, 2009).

O MEC do Brasil publicou em 1997 os PCN, na tentativa de estabelecer referências fundamentais para o projeto de formação do sujeito, inserindo o tema saúde, discutindo a importância da alimentação e nutrição neste processo. Nesta esteira, Santos (2012) destaca que o PNAE, coordenado pelo FNDE, do MEC, tem sofrido historicamente inúmeras alterações no seu aparato legal, propiciando cada vez mais a incorporação da promoção da alimentação saudável no ambiente escolar como uma importante meta.

Proposições nessa direção podem ser percebidas desde 2006, com a Portaria Interministerial nº 1.010/2006, que define como primeiro eixo prioritário para a promoção da alimentação saudável nas escolas as ações de educação alimentar e nutricional (BRASIL, 2006); a Lei nº 11.947/2009 e a Resolução FNDE nº 38/2009 expõem em sua segunda diretriz que deve haver a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, perpassando pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional (BRASIL, 2009).

Santos et al. (2003) enfatiza que, apesar das políticas citadas no decorrer do texto, é necessária uma reflexão sobre o distanciamento das ciências da saúde, alimentação e nutrição e das Ciências Humanas, supondo-se ainda que os temas

alimentação e nutrição estejam distantes de serem tratados transversalmente nos Projetos Pedagógicos.

### **2.3. A atuação do nutricionista na Alimentação Escolar no Brasil**

SCARPARO et al. (2013), em um estudo com o objetivo de verificar a efetividade das formações de nutricionistas realizadas pelo Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CECANES UFRGS), questionaram esses profissionais sobre suas formações acadêmicas, se essa era suficiente para atuação no PNAE, e a maioria (78,8%) referiu como insuficiente. VOOS (2009) encontrou dado semelhante, onde 95% dos nutricionistas entrevistados relataram a necessidade de uma formação específica para se atuar na AE. Nessa mesma pesquisa, apenas 14% referiram que sua formação inicial foi suficiente para o desempenho da função. Este dado é de grande relevância, não necessariamente significando que os cursos de graduação em Nutrição não estejam preparadas para a formação do nutricionista na área de AE, mas sim que se trata de uma política pública que se renova e adapta periodicamente às necessidades de seus usuários..

Diante disso, sugere-se que as instituições de ensino abordem o PNAE durante o processo de formação dos acadêmicos não apenas em aulas expositivas, mas também em atividades práticas, como projetos e estágios. Vale salientar que em muitos municípios, o nutricionista desempenha sua função de forma isolada, sem pares na profissão com quem poderia discutir, dirimir dúvidas e solucionar conflitos (VOOS, 2009).

As formações profissionais, além de constituírem um espaço importante de troca de informações e experiências, também têm como proposição o estímulo para o trabalho em grupo e a abertura para a intersectorialidade (SCARPARO et al. 2013).

SANTOS et al. (2013) realizaram uma formação com coordenadores pedagógicos,, a partir disso observaram que a experiência de integrar coordenadores e nutricionistas para o planejamento de ações educativas foi positiva, pois possibilitou a integração de diferentes atores e a possível continuidade dos planos esboçados nos espaços de trabalho. Salientou-se que diretrizes teóricas e práticas que coadunem os objetivos educacionais da escola e os objetivos da promoção da alimentação saudável demandam considerar a escola como um espaço de diversidade, no qual diferentes práticas alimentares convivem simultaneamente.

Destaca-se a relevância de estimular os processos de formação dos atores envolvidos na educação escolar em torno da temática proposta, articulando com políticas públicas Inter setoriais que forneçam subsídios teórico-metodológicos a fim de colaborar para a inserção do tema alimentação e nutrição nos projetos pedagógicos (SANTOS et al. 2013)

Juzwiak; Castro; Batista (2013), com o objetivo de apresentar a experiência da Oficina Permanente de Educação Alimentar e em Saúde, observaram que além da ênfase à sensibilização e envolvimento de toda a comunidade escolar, os nutricionistas ressaltaram a importância do conhecimento da atribuição dos outros atores, principalmente no que se refere à atuação do professor, a fim de estreitar os laços de vivência para melhoria do relacionamento, buscando objetivos comuns.

No estudo citado, o grupo concluiu que a comunicação entre todos os atores envolvidos deve ser estimulada para que os papéis identificados possam ser efetivos. Os coordenadores pedagógicos e professores apresentaram fala similar quando relataram a necessidade de sensibilização de todo o corpo docente da escola para que ocorra a promoção da alimentação saudável neste ambiente e destacaram a troca de experiências como importante para o aprendizado de todos os atores (JUZWIAK; CASTRO; BATISTA, 2013).

#### **2.4 Atuação de gestores escolares na alimentação escolar**

Dada a importância do processo formativo dos educadores nos espaços escolares, Lima e Santos (2007) apontam que o coordenador pedagógico possui como importante atribuição favorecer o trabalho docente na escola, por meio da formação continuada de professores, devendo sensibilizá-los sobre seu saber-fazer pedagógico. Desta maneira, com a introdução recente desse profissional no cenário educacional brasileiro e alguma incongruência entre os objetivos e a prática de sua atuação, algumas iniciativas estão sendo tomadas para melhor delinear suas funções.

No estudo de SANTOS et al. (2013) que tratou de alimentação escolar com coordenadores pedagógicos escolares, houve espanto desses atores quanto ao que fariam os coordenadores pedagógicos, profissionais da educação, em um evento como este. Houve, inclusive, a interpretação equivocada quanto à representação dos municípios nos eventos, fazendo-se presentes outros que não coordenadores

pedagógicos e sim gestores da alimentação escolar e gestores municipais de educação.

Entendendo a função articuladora do coordenador pedagógico na escola, o Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar da Universidade Federal da Bahia (CECANE-UFBA) apostou que sua formação junto a outros atores do PNAE é relevante para potencializar a dimensão formativa dos alunos, como ainda orientando-os para as práticas alimentares saudáveis (SANTOS et al. 2013).

No estudo de JUZWIAK; CASTRO; BATISTA (2013) houve uma avaliação diagnóstica, reflexão e percepção, na qual os participantes foram separados em grupos de acordo com suas características, onde responderam a uma questão norteadora: "Qual meu papel no contexto da promoção da alimentação saudável no ambiente escolar?"

Os nutricionistas (n=13) tiveram como ideia central que seu papel a respeito do tema estava ligado a garantir uma alimentação adequada, respeitando os hábitos regionais e incluindo o planejamento do cardápio, teriam responsabilidade pela aquisição e distribuição dos gêneros; também caberia ao nutricionista sensibilizar a comunidade escolar da importância da alimentação para a melhora da qualidade de vida, inserindo-a na escola como parte do processo educativo, garantindo a formação de hábitos para a vida; Quanto aos coordenadores (n=8) afirmaram atuar como incentivadores de projetos, articulando o tema na prática pedagógica, além de estabelecer a ponte entre o que acontece na escola e o nutricionista atuante neste estabelecimento; Diretores/Assistentes de direção (n= 5) se viam atuando na mediação das necessidades apresentadas pela comunidade escolar, promovendo ambiente favorável à alimentação saudável, desde o preparo, passando pelo momento das refeições, até o descarte dos restos; os Professores (n=8), segundo os mesmos, atuam como educadores e na falta de nutricionista seria essencial ter grande informação sobre o assunto, para melhor sensibilizar desde a higiene das mãos até a postura de como se portar no refeitório, além, claro, da alimentação-incentivo que experimentem o que é oferecido no cardápio e novos alimentos; por fim os graduandos em nutrição (n=17) entendem que o papel do nutricionista na promoção da alimentação saudável na escola é promover a educação nutricional desde a direção até os alunos, incluindo todos os funcionários e que também deve responsabilizar-se pelo planejamento alimentar da instituição, trabalhando em equipe e motivando a mesma. (JUZWIAK; CASTRO; BATISTA, 2013)

Neste mesmo estudo cada grupo de debate escolheu um coordenador e um relator. Ao final, a conclusão de cada grupo foi levada em plenária para o fechamento. Os participantes apontaram como principais problemas: 1) A falta de comunicação, considerando que a atuação de cada um é feita individualmente, gerando dificuldades para a efetivação das ações de promoção da alimentação saudável; 2) O trabalho conjunto, que deve acontecer também no ambiente escolar e que essas ações conjuntas podem ocorrer em diferentes etapas do processo educativo; 3) A necessidade do envolvimento de toda a comunidade para a promoção da alimentação saudável. Porém, existem algumas dificuldades, como a falta de comunicação e o desconhecimento da comunidade sobre a participação do nutricionista no ambiente escolar e a falta de participação dos pais em reuniões. Os atores na escola devem estar preparados para trabalhar a educação nutricional para diferentes públicos-alvo; 4) A importância da inclusão da educação nutricional no currículo; e 5) A oferta de alimento como a ferramenta central de educação nutricional.

Entre os professores, ressaltou-se que é essencial ter grande informação sobre o assunto e estudos demonstram a importância da atualização dos docentes e dos materiais didáticos por eles utilizados. BOOG (2008), por sua vez, discute que mais do que dominar o tema, o professor precisa:

*[...] estar comprometido com a busca ativa: do direito ao acesso a uma alimentação saudável para si e para a coletividade, da valorização da alimentação de boa qualidade no cotidiano escolar e do conhecimento pertinente, isto é, de conhecimentos de aspectos técnicos e sociais da alimentação que possibilitem trabalhar com esse tema além do senso comum.*

MARINHO et al. (2010) reforçam a importância da capacitação permanente de gestores e coordenadores pedagógicos, além da mudança do "olhar biológico" para a alimentação. Corroborando com essa informação, Perez- Rodrigo et al. (2001) sugerem a construção de grupos multidisciplinares de especialistas que facilitem o desenvolvimento de programas/projetos de promoção da saúde e alimentação saudável, e ressaltam a importância do envolvimento de todos os atores em ações de educação permanente.

BOOG (2008), ao avaliar a contribuição das oficinas realizadas para os gestores, observou que, "adotar pequenas transformações no cotidiano, somadas, podem contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e democrática".

Nutricionistas e educadores devem interagir e a eficácia de suas ações dependerá de sua capacitação técnico-científica e habilidade em modular as mensagens à realidade do grupo a fim de prover significado àquilo que é aprendido (JUZWIAK; CASTRO; BATISTA, 2013).

## **2.5 Atuação do professor na alimentação escolar**

A escola é um ambiente favorável para se desenvolver estratégias de educação nutricional, pois além de atender aos escolares, pode envolver família e comunidade. Além disso, intervenções na escola apresentam uma das melhores relações custo-afetividade e são meios sustentáveis para promover práticas saudáveis, desde que envolvidas em parceria com profissionais da saúde e da educação, alunos, pais e professores. Esses são essenciais no planejamento e execução de programas (UNICEF, 2000).

O professor é o membro central da equipe de saúde escolar, pois, além de ter maior contato com os alunos, está envolvido na realidade sócio-cultural de cada discente e possui uma similaridade comunicativa (DAVANÇO et al, 2004) Devido a esta razão, o treinamento de professores é de fundamental importância, sensibilizando-os para o engajamento, processo mediado pelo nutricionista como agente institucional e motivacional. Após estarem envolvidos e comprometidos com esta causa, os professores do ensino fundamental estariam aptos para exercerem esta influência coadjuvante, em suas aulas, estimulando práticas alimentares saudáveis. (BIZZO e LEDER, 2005)

Estudos mostram que a base que sustenta a aprendizagem das crianças pequenas na escola depende do professor. O adulto deve ser o intermediador entre a criança, o objeto de sua ação, e o conhecimento (RIZZO, 2000).

É preciso facilitar contextos estimuladores, que permitam à criança defrontar-se com novas experiências e nas quais possam aprender, experimentar, manipular e observar. No ambiente escolar é o educador quem auxilia as crianças no momento

das refeições e, portanto, o desenvolvimento do tema alimentação é de sua responsabilidade. (BASSEDAS; HUQUET; SOLÉ, 1999)

**ARTIGO ORIGINAL**

**PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL NA REDE  
PARTICULAR DE ENSINO FUNDAMENTAL DE MACEIÓ, ALAGOAS**

*Promotion of adequate and healthy food in private elementary schools in Maceió, Alagoas  
(Brazil)*

**Título resumido:** Ações de promoção da alimentação adequada

**Universidade Federal de Alagoas**

Faculdade de Nutrição

Programa de Pós-Graduação em Nutrição

Campus A.C. Simões – BR 104, km 14, Tabuleiro dos Martins,

57072-970 – Maceió – Alagoas – Brasil

**Anne Carolyne Inácio dos Santos**

Aluna do Mestrado em Nutrição da Faculdade de Nutrição da Universidade Federal de  
Alagoas

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6278-0829>

[annecarolyneinacio@hotmail.com](mailto:annecarolyneinacio@hotmail.com)

**Rísia Cristina Egito Menezes**

Professora Adjunta da Faculdade de Nutrição da Universidade Federal de Alagoas

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1568-2836>

[risiamenezes@yahoo.com.br](mailto:risiamenezes@yahoo.com.br)

**Monica Lopes de Assunção**

Professora Adjunta da Faculdade de Nutrição da Universidade Federal de Alagoas

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2985-9890>

[monica.lopesassuncao@gmail.com](mailto:monica.lopesassuncao@gmail.com)

**Haroldo da Silva Ferreira\***

Professor Titular da Faculdade de Nutrição da Universidade Federal de Alagoas

Campus A.C. Simões – BR 104 Norte – Km 96.7 – Tabuleiro do Martins,

57072-970 – Maceió – Alagoas

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1789-3138>

[haroldo.ufal@gmail.com](mailto:haroldo.ufal@gmail.com)

**\*Autor para correspondência**

Artigo baseado na Dissertação de Mestrado de Anne Carlyne Inácio dos Santos, apresentada à Faculdade de Nutrição da Universidade Federal de Alagoas em 2014.

Auxílio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas FAPEAL (Edital PRONEM 04/2011 FAPEAL/CNPq, Processo n.º 20110818-006-0018-0017).

**Conflito de interesse:** Os autores declaram não haver conflito de interesse.

**Colaboradores:** A. C. I. Santos contribuiu na coleta de dados durante o trabalho de campo, na digitação e tabulação dos dados, na análise e interpretação dos resultados e na redação da versão preliminar do artigo. R. C. E. Menezes e M. L. Assunção participaram da análise e interpretação dos resultados e da redação da versão preliminar do trabalho. H. S. Ferreira participou da redação do projeto, obtenção de financiamento, coordenação geral da pesquisa, interpretação dos dados e revisão crítica do manuscrito. Todos os autores aprovaram a versão final submetida a publicação.

## RESUMO

Objetivou-se caracterizar as atividades de promoção da alimentação adequada e saudável (PAAS) nas escolas privadas de ensino fundamental de Maceió. Foram entrevistados diretores, coordenadores e professores (responsáveis pela PAAS) oriundos de 41 estabelecimentos selecionados por sorteio (41/220). A maioria dos coordenadores afirmaram constar PAAS no Projeto-Político-Pedagógico da escola. Apenas cinco conseguiram localizar tal documento e disponibilizá-lo para análise, na qual não se constatou tal afirmação. A maioria dos professores eram pedagogos, não estudaram sobre nutrição na graduação nem tiveram treinamentos, e entendiam Segurança Alimentar e Nutricional como “segurança higiênico-sanitária”. Não havia normatização/orientação profissional para o funcionamento das cantinas, ficando esse sob exclusiva responsabilidade de seus proprietários. Foram identificadas 16 diferentes atividades de PAAS nas escolas, sendo as mais citadas “Feira/Mostra cultural/científica” e palestras. Conclui-se que as atividades de PAAS nas escolas particulares de Maceió ocorrem de forma heterogênea e não sistemáticas. Não existe regulamentação ou apoio profissional quanto ao funcionamento das cantinas, de modo a garantir que essas propiciem alternativas de alimentação saudável. A falta de capacitação em alimentação e nutrição dos professores e a falta de planejamento e normatização são óbices para uma maior efetividade da PAAS nessas escolas, o que representa um sério risco à saúde dos estudantes.

**Palavras-chave:** Alimentação Escolar; Educação Alimentar e Nutricional; Segurança Alimentar e Nutricional; Promoção da saúde; Epidemiologia Nutricional

## ABSTRACT

The objective was to characterize the activities to promote adequate and healthy food (PAAS) in private elementary schools in Maceió. Directors, coordinators and teachers (responsible for PAAS) from 41 randomly selected establishments (41/220) were interviewed. Most of the coordinators stated that PAAS was included in the school's Political-Pedagogical Project. Only five of these coordinators were able to locate such document and make it available for analysis, in which no such statement was found. Most of the teachers were pedagogues, did not study food and nutrition at graduation or underwent training afterwards, and understood Food and Nutritional Security as "hygienic-sanitary security". There was no regulation or professional orientation for the operation of the canteens, which occurred under the exclusive responsibility of their owners. Sixteen different PAAS activities were identified in schools, the most cited being "cultural fair/scientific exhibition" and lectures. It is concluded that PAAS activities in private schools in Maceió occur in a heterogeneous and non-systematic way. There is no regulation or professional support regarding the operation of canteens to ensure that they provide healthy eating alternatives. The lack of training in food and nutrition for teachers and the lack of planning and regulation are obstacles to greater effectiveness of PAAS in these schools. This situation represents a serious risk to the health of students.

**Keywords:** School Feeding; Food and Nutrition Education; Health Promotion; Food and Nutrition Security; Nutritional Epidemiology

## INTRODUÇÃO

A promoção da alimentação adequada e saudável (PAAS) encontra-se inserida como um dos temas prioritários da Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) (BRASIL, 2015) e corresponde a uma das diretrizes da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) (BRASIL, 2013). É descrita como um conjunto de estratégias que proporcione aos indivíduos e coletividades a realização de práticas alimentares apropriadas aos seus aspectos biológicos e socioculturais, bem como ao uso sustentável do meio ambiente (BRASIL, 2013).

A PAAS objetiva a melhoria da saúde e qualidade de vida da população por meio de ações intersetoriais voltadas ao coletivo, aos indivíduos e aos ambientes (físico, social, político, econômico e cultural), de caráter amplo e que possam responder às necessidades de saúde da população, contribuindo para a redução da prevalência de doenças decorrentes de deficiências nutricionais e da obesidade e suas comorbidades, bem como de outras condições nosológicas relacionadas à alimentação e nutrição (BRASIL, 2013). Por esse motivo, a alimentação de crianças e adolescentes tem sido um tema bastante discutido, tanto por profissionais da educação como da área de saúde (ZOMPERO et al., 2015).

No elenco de estratégias direcionadas à PAAS consta a educação alimentar e nutricional (EAN), à qual se somam às ações de regulação de alimentos (envolvendo rotulagem e informação, publicidade e melhoria da composição nutricional dos alimentos) e ao incentivo à criação de ambientes institucionais promotores de alimentação adequada e saudável, incidindo sobre a oferta de alimentos saudáveis nas escolas e nos ambientes de trabalho (BRASIL, 2013). A promoção da educação em saúde na escola é apontada como uma importante forma de intervenção na formação dos alunos, podendo ser capaz de contribuir para adoção de melhores hábitos alimentares e, assim, na prevenção de problemas associados à má alimentação (ZOMPERO et al., 2015). Neste aspecto, a escola constitui um espaço privilegiado para o desenvolvimento de ações de PAAS (CAMOZZI et al., 2015), mediante a inserção do tema como componente dos currículos estabelecidos nos planos de ensino.

Conforme refere Schmitz (2008), a EAN deve consistir em processos ativos, lúdicos e interativos que favoreçam mudanças de atitudes frente às práticas alimentares adotadas (SANTOS, 2005). A EAN requer a utilização de métodos apropriados que considerem a subjetividade do processo educativo e dos fatores que o cercam, além das histórias de vida, crenças e valores inerentes ao comportamento alimentar social e culturalmente construída (RAMOS et al., 2013). Assim, os alunos devem ser estimulados a discutir e a compreender os riscos e benefícios à saúde decorrentes de suas escolhas alimentares.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) constituem o plano curricular oficial para o ensino fundamental brasileiro, devendo ser flexíveis, inovadores, de caráter integrador e promotores de cidadania (BIZZO; LEDER, 2005). Os PCN sugerem que as escolas devem incorporar os princípios de promoção da saúde indicados pela Organização Mundial de Saúde, com os objetivos de fomentar a saúde e o aprendizado; integrar profissionais de saúde e da educação, pais, alunos e demais membros da comunidade escolar, no esforço de transformar a escola em um ambiente saudável e; implementar políticas que garantam o bem-estar individual e coletivo (GONÇALVES et al., 2008).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), implantado nas escolas públicas brasileiras, tem entre suas diretrizes a PAAS, ao estimular a adoção de práticas alimentares saudáveis que colaborem para a aprendizagem, boa saúde e a qualidade de vida do escolar (BRASIL, 2009). Em 2006, a Portaria Interministerial 1010 instituiu as diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional (BRASIL, 2006b).

No município de Maceió, nenhum estudo anterior fora realizado visando identificar as atividades relacionadas à promoção da alimentação adequada e saudável no âmbito dos estabelecimentos de ensino fundamental, sendo mais preocupante a situação em relação aos estabelecimentos particulares por não serem cobertos pelo PNAE.

Diante disso, visando preencher essa lacuna, este trabalho foi realizado com o objetivo de identificar as atividades relacionadas à promoção da alimentação adequada e saudável realizadas nas escolas privadas de ensino fundamental de Maceió

## MÉTODOS

Este estudo faz parte do projeto intitulado “Avaliação da realização do direito humano à alimentação adequada entre os alunos da rede pública e privada de ensino fundamental do estado de Alagoas”, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alagoas (processo n.º 017299/2011-43).

Trata-se de um estudo transversal para o qual arbitrou-se investigar 20% dos 220 estabelecimentos particulares de ensino fundamental existentes em Maceió em 2012. Com base numa listagem dessas escolas, obtida no *website* do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP, foram selecionadas 44 escolas por meio de amostragem sistemática.

A coleta de dados ocorreu no primeiro trimestre de 2013 e foi precedida de treinamento da equipe de entrevistadores e estudo piloto, ocasião em que houve o teste dos formulários utilizados na coleta de dados.

Após anuência formal dos gestores das escolas selecionadas autorizando o desenvolvimento da pesquisa, realizou-se reunião geral com os possíveis participantes do estudo, ocasião em que os pesquisadores apresentaram o projeto e esclareceram as dúvidas manifestadas pelos presentes. Foram convidados todos os profissionais elegíveis para ser participante da investigação: diretores, coordenadores pedagógicos e os professores que, segundo o coordenador pedagógico, era o principal responsável pelo desenvolvimento das ações de PAAS naquela escola. Após os devidos esclarecimentos, obteve-se dos participantes a assinatura dos respectivos termos de consentimento livre e esclarecido (TCLE).

Para a coleta de dados, foram utilizados três formulários semi-estruturados, os quais foram elaborados conforme os referenciais teóricos da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN); da promoção da alimentação saudável na escola (Portaria Interministerial 1010) e; do marco de referência da educação alimentar e nutricional para as políticas públicas (BRASIL, 2012).

Em relação ao diretor, foram obtidas as seguintes informações: importância das atividades de PAAS na vida dos alunos e na de seus familiares (segundo sua percepção) e quem eram os responsáveis pelos alimentos comercializados na cantina.

As informações obtidas junto ao coordenador pedagógico tiveram como base questões que buscavam identificar ações de planejamento e execução das atividades de PAAS na escola; em quais disciplinas essas ocorriam; quem eram os envolvidos nas ações; existência de ações de PAAS explicitadas no Projeto Político Pedagógico (PPP); temas abordados em sala de aula; atividades pedagógicas desenvolvidas; se já havia consumido os alimentos comercializados na escola e; envolvimento dos pais nas atividades relacionadas ao tema. Os resultados obtidos em relação às atividades desenvolvidas sobre PAAS nas escolas foram classificadas segundo quatro categorias: alimentação escolar, aula teórica, aula prática e estratégias diferenciadas.

A investigação junto aos professores teve como propósito obter as seguintes informações: formação acadêmica; participação em processos de educação continuada sobre alimentação adequada e saudável; deficiências na formação universitária/educação continuada a respeito do tema alimentação adequada e saudável; atividades de PAAS desenvolvidas em sala de aula; ocasiões em que estas atividades ocorriam; recursos utilizados; grau de interesse

dos alunos sobre o tema (segundo sua percepção - respostas categorizadas em baixo, médio e alto) e; qual o entendimento dos professores sobre Segurança Alimentar e Nutricional.

Os dados obtidos foram digitados em dupla entrada independentes em formulário gerado no “*Googledocs*”. Os bancos de dados assim gerados, foram exportados para planilhas do Microsoft Excel®. Após a comparação entre os dois arquivos, os erros de digitação foram corrigidos. Em seguida, os dados foram tabulados e as informações analisadas de forma descritiva por meio da distribuição de frequências absolutas e relativas.

## RESULTADOS

Do total de escolas sorteadas (n=44), 41 (93%), participaram da pesquisa, pois em três não houve autorização dos gestores para a realização do estudo. A Tabela 1 apresenta as ações de PAAS desenvolvidas nas escolas, segundo informações obtidas com coordenadores e professores. Foram identificadas 16 diferentes atividades de PAAS. Dentre essas atividades, as mais citadas foram “Feira/Mostra cultural ou científica” (24,4%), palestras (17,1%) e desenvolvimento de projetos (12,2%),

A maioria dos coordenadores entrevistados (n=30; 73,2%) referiu que o desenvolvimento de ações de PAAS estava contemplado no PPP da escola (Tabela 2). O documento foi solicitado em todas as instituições, porém um coordenador (2,4%) referiu não saber onde estava e nem mesmo se a escola dispunha desse documento, 35 (85,4%) afirmaram que o PPP não estava na escola. Somente cinco (12,2%) coordenadores disponibilizaram o material para análise.

Nos cinco PPPs analisados, constataram-se alguns temas transversais, como saúde, meio ambiente e sexualidade, porém nenhum deles abordava assuntos que promovessem a alimentação adequada e saudável.

Segundo os coordenadores pedagógicos, Ciências foi a disciplina mais citada (20; 48,8%) como aquela em que se abordava a PAAS, três coordenadores (7,3%) referiram que o tema era abordado em mais de uma disciplina e sete (17,1%) relataram que nenhuma disciplina abordava essa temática (Tabela 2).

A maioria dos professores (n=36; 87,8%) afirmou realizar atividades de PAAS. Quando questionados sobre o interesse dos alunos em relação a essas atividades, a maior parte deles classificou esse interesse como médio (n=18; 43,9%) e baixo (n=14; 34,1%). Conforme se demonstra na Tabela 2, apenas quatro (9,8%) professores relataram alto interesse pelo tema por parte de seus alunos.

Mais da metade dos coordenadores (n=24; 58,5%) afirmaram haver envolvimento dos pais na realização das atividades relacionadas à PAAS (Tabela 2). Essa participação ocorria durante reuniões nas escolas, eventos abertos à comunidade, palestras, encontros pedagógicos, leitura de textos que eram distribuídos e, ainda, por meio de lanches saudáveis solicitados pelas escolas; em 34,1% (n=14) dos estabelecimentos não havia esse envolvimento e em 7,3% (n=3) relataram não haver atividades desse tipo.

Na Tabela 3 consta a caracterização dos professores responsáveis pela realização das atividades de PAAS. Quanto à formação profissional para exercer a docência, verificou-se que a maioria (n=20; 48,8%) cursou Pedagogia, 19,5% (n=08) Magistério, enquanto que 31,7% (n=13) fizeram outros cursos. Quando questionados sobre a existência de conteúdos ministrados durante sua formação visando torná-los aptos a desenvolver atividades de PAAS, a maioria (n=38; 92,7%) afirmou nunca ter recebido qualquer capacitação nesse sentido. A situação foi semelhante quando a pergunta se referiu ao período posterior à formação profissional básica: apenas cerca de 10% (n=4) dos professores relataram ter realizado alguma formação com abordagem sobre PAAS.

A caracterização (recursos e temas) das atividades de PAAS desenvolvidas nas escolas, segundo professores e coordenadores, encontra-se na Tabela 4. O recurso mais utilizado (n=20; 48,8%) para a realização das atividades foi o projetor multimídia (datashow). Além do tema higiene (dos alimentos, pessoal e de manipuladores), referido por todos os coordenadores entrevistados, o tema mais abordado em sala de aula (n=17; 41,5%), relacionado a PAAS, foi o consumo excessivo de doces e açúcares.

Quanto à percepção dos diretores sobre a importância das atividades de PAAS, verificou-se que 85,4% (n=35) acreditam que essas atividades influenciam na formação de hábitos alimentares da família.

Segundo alguns professores (n=12; 29,3%), o consumo excessivo de doces e açúcares representa o maior risco à saúde dos alunos. As demais respostas foram consumo excessivo de gordura (n=10; 24,4%), consumo excessivo de enlatados e embutidos (n=6; 14,6%), má conservação dos alimentos (n=4; 9,8%), contaminação dos alimentos (n=3; 7,3%) e falta de higiene dos alimentos (n=2; 4,9%), respectivamente. Dos entrevistados, 9,8% (n=4) não opinaram.

A maioria dos coordenadores (n=31; 75,6%) afirmou já ter consumido alimentos comercializados nas cantinas de suas respectivas escolas. Destes, quando questionados se o lanche era uma boa opção para a saúde dos alunos, 61,3% (n=25) classificaram o lanche disponível como regular.

Quando perguntado aos diretores sobre os responsáveis pela elaboração dos cardápios disponibilizados pelas cantinas, a resposta mais frequente foi “os respectivos proprietários” (n=25; 61,0%). Em apenas uma escola (2,4%) foi citada a participação de nutricionista. Outros responsáveis foram citados (n=15; 36,6%), entre eles endocrinologista, pais, direção e alunos.

Foi perguntado aos professores sobre o que eles entendiam pelo termo Segurança Alimentar e Nutricional. As respostas obtidas foram categorizadas em “hábitos de vida saudáveis” (n=6; 14,6%), “segurança higiênico-sanitária” (n=25; 60,9%) e “não sabe/não quis responder” (n=10; 24,3%).

## **DISCUSSÃO**

Os dados aqui apresentados foram oriundos de entrevistas realizadas com profissionais vinculados a 41 estabelecimentos particulares de ensino fundamental da cidade de Maceió, escolhidos de forma randômica. Os entrevistados foram os respectivos diretores e coordenadores pedagógicos e um professor, indicado pelo coordenador. Essa indicação foi realizada sob o entendimento de que este docente seria o principal responsável pela consecução das atividades de PAAS na escola.

A maioria dos coordenadores entrevistados afirmou existir ações de PAAS previstas no PPP das escolas. Contudo, apenas cinco PPPs estavam disponíveis para análise, e desses em nenhum foram identificadas ações de PAAS.

Segundo refere Veiga (2013), o PPP é um instrumento norteador quando do planejamento de ações educativas, ou seja, é a partir dele que se estabelece a direção a ser seguida; é político-pedagógico na medida em que é uma ação intencional com um compromisso definido com a formação do indivíduo. Penteado e Guzzo (2010) argumentam que a construção coletiva do projeto político-pedagógico deve ser priorizada para que esse se configure como emancipador tanto da comunidade atendida, quanto dos profissionais da escola. Diante disso, com base nos marcos legais atualmente vigentes, os conteúdos relativos à PAAS deveriam estar explicitados nesse documento, a fim de nortear as atividades dos profissionais e o planejamento das ações direcionadas à PAAS.

Corroborando com Penteado e Guzzo (2010), Silva et al. (2013) verificaram que, na construção dos PPPs de 43% das escolas incluídas em seu estudo, foram consideradas as sugestões levantadas durante as reuniões com os membros da comunidade escolar. Entre essas sugestões estava a alimentação saudável no âmbito escolar. Consta nessa mesma publicação que 78% das escolas incluíram atividades relacionadas à saúde e à alimentação

saudável no currículo. Os PPPs das escolas privadas do município de Maceió poderiam usar essas estratégias para elaboração desse documento, a fim de suprir essa lacuna e atender a temática da PAAS.

No presente estudo, as principais disciplinas que abordavam conteúdos relativos à PAAS em sala de aula foram Ciências e Língua portuguesa. Fiore et al. (2012) encontraram resultados semelhantes, sendo que, além de Ciências, Geografia e História também contemplavam essa temática, o que ocorria sistematicamente ao longo de todos os bimestres.

Em nosso estudo, cinco professores (12,1%) relataram não realizar atividades de PAAS, o que pressupõe que o tema não é abordado no âmbito dos respectivos estabelecimentos. Diferente do que foi encontrado por Rocha e Facina (2017), que observaram que a totalidade dos professores entrevistados trabalhava com o tema alimentação saudável no ambiente escolar. No estudo de De Jesus et al. (2017), que visou analisar o perfil nutricional de crianças de escolas públicas e privadas, a escola privada apresentou um número maior de crianças com sobrepeso, obesidade e obesidade grave. Dados obtidos no contexto do mesmo projeto que resultou na presente publicação (FERREIRA et al., 2015), onde foram investigados 1.338 alunos do ensino fundamental de Maceió (800 da rede pública; 538 da rede privada), verificou-se que havia significativamente mais alunos obesos (19,9% vs 9,0%) e hipertensos (21,2% vs 11,4%) entre aqueles da rede privada. Os autores justificaram tais diferenciais em virtude do efeito protetor associado à existência do Programa de Alimentação Escolar, ao qual alunos das escolas particulares não têm acesso, mas, ao contrário, estão expostos a um ambiente obesogênico (cantinas escolares e comércio nos arredores da escola), tudo isso aliada a ausência de atividades efetivas de PAAS. Tais constatações reforçam a importância de se fomentar a alimentação saudável no âmbito escolar, sobretudo dos estabelecimentos privados, com a efetivação da inclusão do tema no PPP, além de capacitação e sensibilização dos profissionais envolvidos.

Quando os professores foram questionados sobre o interesse dos alunos em relação às atividades sobre o tema, a resposta predominante foi “médio”. Segundo Freitas et al. (2013), esse interesse aquém do desejável poderia ocorrer em virtude de que na sala de aula, em geral, não se trabalha a relação entre alimentos, saúde, indivíduos e sociedade. Com isso, ocorre uma desarticulação entre o “saudável instituído” e os hábitos alimentares dos alunos.

A maioria dos coordenadores afirmou que é comum a participação dos pais nas atividades escolares que envolvem a PAAS, o que é um aspecto positivo, pois Bezerra et al. (2017) identificaram que a baixa participação dos pais nas atividades escolares se constituía num óbice para a implementação da promoção da saúde no âmbito escolar. Um estudo

realizado em escolas públicas e privadas do Distrito Federal, revelou que as escolas que realizavam reuniões com os pais para abordar alimentação saudável possuíam uma menor proporção de ambulantes e/ou comércios locais próximos (SILVA et al., 2013). Provavelmente, a falta de consumidores encorajava tais comerciantes a procurarem outros cenários, onde houvesse clientela interessada em suas “guloseimas”.

A maioria absoluta dos professores referiram que durante a sua formação básica não tiveram acesso a conteúdos relativos a alimentação e nutrição. Além disso, apenas quatro docentes disseram que participaram de alguma capacitação envolvendo essa temática. Desses, dois buscaram esse aperfeiçoamento por conta própria. Diante desse contexto, fica evidente a falta de qualificação desses profissionais para realização dessa atividade específica, o que pode resultar em insegurança e desmotivação para abordar o tema no contexto do processo ensino-aprendizagem. Rocha e Facina (2017) verificaram que uma das principais dificuldades enfrentadas pelos professores para trabalhar a alimentação saudável no ambiente escolar foi a falta de conhecimento específico na área. Bezerra et al. (2017) também verificaram que apenas uma pequena parcela dos professores de escolas privadas de Recife (PE) participaram de treinamento sobre alimentação saudável. Dessa forma, fica patente a necessidade da implantação de cursos de educação continuada como forma de ampliar o conhecimento dos professores, para que esses possam trabalhar de forma mais segura e eficiente os temas voltados à promoção da saúde, entre eles a alimentação e nutrição.

Corroborando com esses dados, estudo realizado por Boog (2010) revelou que os professores ofereciam resistência à incorporação do tema alimentação em suas atividades, alegando, para isso, falta de conhecimento suficiente sobre o tema. Essa autora sugere a aproximação dos especialistas em nutrição para sensibilização desses profissionais, a fim de apoiá-los no ensino dos temas transversais, incorporando atividades no cronograma escolar de maneira integrada às outras que compõem o currículo. Como material de apoio, o Ministério da saúde elaborou o Caderno de atividades: Promoção da Alimentação Adequada e Saudável: Ensino Fundamental I, a fim de subsidiar a discussão sobre alimentação adequada e saudável no ambiente escolar, estabelecendo relações com diferentes aspectos dos parâmetros curriculares e valorizando a transversalidade do tema alimentação (BRASIL, 2018).

Yokota et al. (2010) observaram que a realização de atividades de educação nutricional no ambiente escolar por nutricionistas, ou a capacitação de professores para que estes se tornem multiplicadores do conhecimento aos seus alunos, são capazes de transmitir

conhecimentos sobre nutrição de forma semelhante no ambiente escolar. Silva et al. (2013) constataram que a maioria das escolas que possuía parceria com profissional de saúde incluía a temática alimentação saudável no currículo. Esses estudos mostram que se deve buscar os meios para viabilizar as ações de PAAS, seja por meio da capacitação de professores, seja por inclusão de profissionais especificamente habilitados e qualificados para tal fim. Estes poderão contribuir para motivar o conjunto dos profissionais envolvidos, de modo que possam compreender o alcance e relevância das modificações propostas, além de recomendar e supervisionar a oferta de produtos alimentares mais saudáveis no âmbito escolar.

Foram citadas 16 diferentes atividades de PAAS direcionadas aos escolares, às quais foram classificadas em quatro categorias: “Alimentação Escolar”, “Aula teórica”, “Aula prática” e “Estratégias diferenciadas”. Para que essas estratégias sejam efetivas, ou seja, promovam hábitos alimentares saudáveis, dependem da forma como são operacionalizadas, sendo capazes de sensibilizar, motivar e causar mudança de comportamento. Além disso, é imprescindível a existência de um ambiente que facilite o acesso a alimentos saudáveis, o que depende de uma legislação compatível com essas premissas, a exemplo, do Decreto nº 47.557, do Governo do estado de Minas Gerais (2018), que determina que as ações relativas à promoção da alimentação adequada, saudável e sustentável devem envolver toda a comunidade escolar, incluindo oferta de alimentação adequada e saudável, ações de EAN, inserção das ações de EAN no PPP e estende essas normas a estabelecimentos comerciais localizados no interior das escolas e aos vendedores ambulantes posicionados nas entradas e saídas das instituições de ensino. Lamentavelmente, as políticas dependem de como os governos percebem determinadas questões, de modo que, apesar de recente, esse decreto foi suspenso e está sendo reavaliado pela nova gestão do estado de Minas Gerais.

A principal metodologia citada foi o desenvolvimento de projetos em sala de aula, seguida de debates, oficinas, palestras, leitura de artigos e “dias de alimentação saudável”. Um trabalho de revisão sistemática (SILVEIRA et al., 2011) realizado para verificar as estratégias mais eficazes para a prevenção da obesidade em escolares, identificou que aquelas que ocorriam de forma regular foram as mais efetivas para alcançar resultados favoráveis. Objetivamente, os autores relataram da seguinte forma: *“duração > 1 ano, introdução como atividade regular da escola, envolvimento dos pais, introdução da educação nutricional no currículo regular e fornecimento de frutas e verduras pelos serviços de alimentação da escola”*. Além disso, é importante estabelecer objetivos claros do que se pretende alcançar e adequá-los às habilidades e capacidade de compreensão da criança, respeitando seu pensamento e seu desenvolvimento cognitivo (JUZWIAK, 2013).

Neste estudo, os recursos mais utilizados pelos professores foram projetor multimídia (datashow), livros e lousa (além de atividades desenvolvidas em ambiente externo à sala, o que pressupõe uso de outros recursos não identificados pela pesquisa). Bizzo e Leder (2005) consideram que os recursos didáticos de apoio, como material audiovisual, devem guardar estrita coerência com as premissas pedagógicas, constituindo-se provocativos e não meramente contemplativos, e com expressiva ênfase em imagens e esquemas didáticos que levem a pensar e não a imprimir conhecimento pronto. Os profissionais envolvidos devem ser sensibilizados e orientados para que usem os recursos disponíveis de forma atrativa e provocativa no despertar da autocrítica (BIZZO; LEDER, 2005). Czerwinski e Cogo (2018) realizaram ações sobre alimentação saudável utilizando como estratégia o webquest e blog com estudantes do ensino fundamental e obtendo resultados satisfatórios e avaliação favorável. Quanto aos aspectos que consideraram positivos, os alunos destacaram a facilidade no manuseio do software, uma melhor assimilação do conteúdo, maior atenção e concentração na sua realização, além de terem gostado do assunto escolhido para ser trabalhado. Esse estudo ratifica a importância de métodos inovadores e atrativos para assimilação dos conteúdos abordados em sala de aula.

Segundo a percepção dos professores em relação à alimentação, o maior risco para a saúde dos alunos foi o consumo excessivo de doces e açúcares. A Pesquisa Nacional da Saúde do Escolar, realizada em 2015 (IBGE, 2016), permitiu constatar que mais de 60% dos alunos poderiam comprar guloseimas (balas, doces, chocolates, sorvetes e outros), refrigerantes e salgadinhos industrializados diretamente na cantina da escola ou em suas proximidades. Constatou-se que 41,6% dos estudantes consumiam guloseimas cinco dias ou mais em uma semana normal, o que contraria o que preconiza a Portaria Interministerial 1010, que prevê a restrição do acesso a alimentos com alto teor de gordura trans, açúcar e sal, além de recomendar que a escola disponibilize opções de alimentação saudável no ambiente escolar (BRASIL, 2006b).

Costa et al. (2018) acrescentam que é preciso desenvolver estratégias, como a regulamentação da oferta de alimentos ultra processados em ambiente escolar e da publicidade deste tipo de alimento, além de ações de promoção da saúde envolvendo pais e professores, direcionadas à conscientização sobre alimentação e o processo saúde/doença. Tais estratégias são essenciais para evitar que estilos de vida não saudáveis perdurem até a idade adulta e, conseqüentemente, fomentem ainda mais as já crescentes prevalências de doenças crônicas não transmissíveis, entre outras doenças decorrentes dos hábitos alimentares inadequados.

Quando os professores foram questionados sobre Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), foi observado que este tema não lhes era muito familiar, pois a maioria a entendia apenas como segurança higiênico-sanitária dos alimentos. Essa falta de informação compromete a promoção de hábitos alimentares saudáveis, uma vez que esses profissionais são os responsáveis pelo planejamento e execução das atividades escolares. Atualmente, a definição de SAN no Brasil, fruto de mobilização social e ampla discussão em espaços tais como as conferências municipais, estaduais e nacionais de SAN, encontra-se consagrada no Artigo 3º da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (BRASIL, 2006a):

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis.

Esse conceito precisa estar claro para os profissionais envolvidos nas atividades de PAAS, a fim de nortear o planejamento das ações desenvolvidas nessa temática.

## **CONCLUSÃO**

As escolas não estão fazendo uso adequado do PPP, haja vista a dificuldade apresentada pelos coordenadores em localizar o referido documento. Tal aspecto prejudica o planejamento e realização das atividades, em particular, aquelas relacionadas à PAAS. Talvez isso, explique, pelo menos em parte, a ausência ou deficiência na consecução de tais atividades na maioria dos estabelecimentos. Além disso, do que fora realizado, ficou sob responsabilidade de profissionais sem qualificação adequada (e portanto, sem motivação) em alimentação e nutrição. Há necessidade de uma ampla capacitação desses profissionais, não apenas para capacitá-los quanto ao tema, mas para sensibilizá-los quanto à importância da formação de hábitos alimentares saudáveis desde a infância, visando garantir saúde e qualidade de vida a curto e longo prazos.

Sugere-se o envolvimento e sensibilização de toda a comunidade escolar (educadores, gestores, alunos e familiares) nas atividades de PAAS, para que, além da realização dessas atividades no âmbito escolar de forma mais efetiva, todos esses atores acreditem e adotem como hábitos de vida uma alimentação adequada e saudável, a fim de garantir uma população mais sadia, com menor incidência de doenças crônicas não transmissíveis e de doenças

relacionadas aos maus hábitos alimentares, com conseqüente impacto favorável no âmbito da saúde pública.

Considera-se que os resultados encontrados nesta pesquisa, compreendem um passo inicial para subsidiar caminhos para a construção de um projeto de promoção da alimentação adequada e saudável abrangente e participativo junto aos alunos e toda a comunidade da rede privada de ensino fundamental de Maceió.

## REFERÊNCIAS

BEZERRA, M. A. et al. Health and nutrition in public and private schools in the city of Recife. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v. 17, p. 191-200, 2017. ISSN 1519-3829. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-38292017000100191&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-38292017000100191&nrm=iso) >.

BIZZO, M. L. G.; LEDER, L. Educação nutricional nos parâmetros curriculares nacionais para o ensino fundamental. **Revista de Nutrição**, v. 18, n. 5, p. 661-667, 2005. ISSN 1415-5273.

BOOG, M. C. F. Programa de educação nutricional em escola de ensino fundamental de zona rural. **Revista de nutrição**, v. 23, n. 6, p. 1005-1017, 2010. ISSN 1415-5273.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, v. 143, n. 179, 2006a.

\_\_\_\_\_. **Portaria Interministerial nº 1.010 de 8 de maio de 2006: Institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional.** . Diário Oficial da União 2006b.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei 8913, de 12 de julho de 1994; e dá outras**

providências. Diário Oficial da União 2009.

\_\_\_\_\_. **Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Alimentação e Nutrição.** 1 ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 84 p. ISBN 978-85-334-1911-7. Disponível em: < [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4232394/mod\\_resource/content/1/POL%C3%8DTICA%20NACIONAL%20DE%20ALIMENTA%C3%87%C3%83O%20E%20NUTRI%C3%87%C3%83O.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4232394/mod_resource/content/1/POL%C3%8DTICA%20NACIONAL%20DE%20ALIMENTA%C3%87%C3%83O%20E%20NUTRI%C3%87%C3%83O.pdf) >.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Promoção da Saúde: PNPS: revisão da Portaria MS/GM nº 687, de 30 de março de 2006.** Brasília: Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. 2015.

\_\_\_\_\_. **Ministério da Saúde. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Caderno de atividades: Promoção da Alimentação Adequada e Saudável: Ensino Fundamental I.** Brasília: Ministério da Saúde, 2018. 128 p. ISBN 978-85-334-2593-4. Disponível em: < [http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno\\_atividades\\_ensino\\_fundamental\\_I.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_atividades_ensino_fundamental_I.pdf) >.

CAMOZZI, A. B. Q. et al. Promoção da Alimentação Saudável na Escola: realidade ou utopia? **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 23, n. 1, p. 32-37, 2015. ISSN 1414-462X.

COSTA, C. S. et al. Comportamento sedentário e consumo de alimentos ultraprocessados entre adolescentes brasileiros: Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), 2015. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, p. e00021017, 2018. ISSN 0102-311X.

CZERWINSKI, G. P. V.; COGO, A. L. P. Webquest e blog como estratégias educativas em saúde escolar. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 39, 2018. ISSN 1983-1447.

DE JESUS, A. G. et al. Perfil nutricional dos estudantes de escolas públicas e privadas no município de colinas do Tocantins. **Revista Científica do ITPAC**, v. 10, n. 1, p. 19-25, 2017.

FERREIRA, H. S. et al. High Blood Pressure among Students in Public and Private Schools

in Maceió, Brazil. **PLoS One**, v. 10, n. 11, p. e0142982, 2015. ISSN 1932-6203.

FIGLIARO, E. G. et al. Abordagem dos temas alimentação e nutrição no material didático do ensino fundamental: interface com segurança alimentar e nutricional e parâmetros curriculares nacionais. **Saúde e Sociedade**, v. 21, p. 1063-1074, 2012. ISSN 0104-1290.

FREITAS, M. C. S. et al. Escola: lugar de estudar e de comer. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 4, p. 979-985, 2013. ISSN 1413-8123.

GONÇALVES, F. D. et al. Health promotion in primary school. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 12, n. 24, p. 181-192, 2008. ISSN 1414-3283.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Decreto 47557, de 10 de dezembro de 2018, que regulamenta a Lei nº 15.072, de 5 de abril de 2004, que dispõe sobre a promoção da educação alimentar e nutricional nas escolas públicas e privadas do sistema estadual de ensino de Minas Gerais**. 2018.

IBGE. (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Pesquisa nacional de saúde do escolar: 2015/IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 132 p.

JUZWIAK, C. R. Era uma vez... Um olhar sobre o uso dos contos de fada como ferramenta de educação alimentar e nutricional. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 17, p. 473-484, 2013. ISSN 1414-3283.

PENTEADO, T. C. Z.; GUZZO, R. S. L. Educação e psicologia: a construção de um projeto político-pedagógico emancipador. **Psicologia & Sociedade**, v. 22, n. 3, p. 569-577, 2010. ISSN 0102-7182.

RAMOS, F. P.; SANTOS, L. A. S.; REIS, A. B. C. Educação alimentar e nutricional em escolares: uma revisão de literatura. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 29, p. 2147-2161, 2013.

ISSN 0102-311X. Disponível em: <  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2013001100003&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2013001100003&nrm=iso)>.

ROCHA, A. S.; FACINA, V. B. Professores da rede municipal de ensino e o conhecimento sobre o papel da escola na formação dos hábitos alimentares dos escolares. **Ciência & Educação (Bauru)**, v. 23, n. 3, p. 691-706, 2017. ISSN 1516-7313.

SANTOS, L. A. S. Educação alimentar e nutricional no contexto da promoção de práticas alimentares saudáveis. **Revista de Nutrição**, v. 18, p. 681-692, 2005. ISSN 1415-5273. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-52732005000500011&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732005000500011&nrm=iso) >.

SCHMITZ, B. A. S. et al. A escola promovendo hábitos alimentares saudáveis: uma proposta metodológica de capacitação para educadores e donos de cantina escolar. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 24, p. s312-s322, 2008. ISSN 0102-311X. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2008001400016&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2008001400016&nrm=iso) >.

SILVA, J. R. M. et al. Promotion of healthy eating at schools in the Federal District of Brazil. **Revista de Nutrição**, v. 26, p. 145-158, 2013. ISSN 1415-5273. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-52732013000200003&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732013000200003&nrm=iso) >.

SILVEIRA, J. A. C. et al. A efetividade de intervenções de educação nutricional nas escolas para prevenção e redução do ganho excessivo de peso em crianças e adolescentes: uma revisão sistemática. **Jornal de Pediatria**, v. 87, p. 382-392, 2011. ISSN 0021-7557. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0021-75572011000500004&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0021-75572011000500004&nrm=iso) >.

VEIGA, I. P. A. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, I. P. A. (Ed.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papyrus Editora, 2013. cap. 1, p.8-43. ISBN 8530810635.

YOKOTA, R. T. C. et al. Projeto "a escola promovendo hábitos alimentares saudáveis": comparação de duas estratégias de educação nutricional no Distrito Federal, Brasil. **Revista de Nutrição**, v. 23, p. 37-47, 2010. ISSN 1415-5273. Disponível em: <

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-52732010000100005&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732010000100005&nrm=iso) >.

ZOMPERO, A. et al. A educação alimentar e nutricional nos documentos de ensino para a educação básica. **Revista Ciências & Ideias**, v. 6, n. 2, p. 71-82, 2015

**Tabela 1 - Ações de promoção da alimentação adequada e saudável (PAAS) em escolas privadas (n=41) de ensino fundamental de Maceió, segundo informações obtidas com coordenadores pedagógicos.**

<b>ATIVIDADES DE PAAS</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
<i>Alimentação escolar</i>		
Mudanças do cardápio da cantina	4	9,8
Cardápio elaborado por nutricionista	1	2,4
<i>Aula Teórica</i>		
Desenvolvimento de projetos	5	12,2
Palestra	7	17,1
Aulas com livros que abordem o tema	2	4,9
<i>Aula prática</i>		
Feira/Mostra cultural ou científica	10	24,4
Aula de culinária	1	2,4
Dia da fruta	1	2,4
Lanche coletivo	2	4,9
<i>Estratégias diferenciadas</i>		
Premiações sobre comportamento alimentar	1	2,4
Elaboração de porções em casa	1	2,4
Passeio extraclasse	1	2,4
Expo dinâmicas	1	2,4
Filmes/vídeos	2	4,9
Semana da alimentação saudável	1	2,4
Entrevistas para identificar hábitos alimentares saudáveis	1	2,4

SANTOS et al. Promoção da alimentação adequada e saudável na rede particular de ensino fundamental de Maceió, Alagoas. 2020

**Tabela 2 - Ações de promoção da alimentação adequada e saudável (PAAS) em escolas privadas (n=41) de ensino fundamental de Maceió, segundo informações**

obtidas com coordenadores (C) e professores (P).

QUESTÕES/CATEGORIAS	n	%
<i>As ações de PAAS estão contempladas no Projeto Pedagógico da escola? (C)</i>		
Sim	30	73,2
Não	7	17,1
Não sabe	4	9,7
<i>A escola realiza atividades de PAAS? (P)</i>		
Sim	36	87,8
Não	5	12,2
<i>Qual a principal disciplina em que o tema PAAS é abordado? (C)</i>		
Ciências	20	48,8
Cidadania	2	4,9
Educação física	2	4,9
Língua portuguesa	5	12,2
Geografia	2	4,9
Em mais de uma	3	7,3
Em nenhuma	7	17,0
<i>Como você avalia o interesse dos alunos quando o tema PAAS é abordado? (P)</i>		
Baixo	14	34,1
Médio	18	43,9
Alto	4	9,8
Escola não realiza essa atividade	5	12,2
<i>Há envolvimento dos pais nas atividades de PAAS? (C)</i>		
Sim	24	58,5
Não	14	34,1
Não desenvolve atividades	3	7,3

(C): Coordenadores pedagógicos das escolas; (P): Professores referidos pelos coordenadores das respectivas escolas como os responsáveis pelo desenvolvimento de ações de promoção da alimentação adequada e saudável.

SANTOS et al. Promoção da alimentação adequada e saudável na rede particular de ensino fundamental de Maceió, Alagoas. 2020

**Tabela 3 - Caracterização dos professores que, segundo os coordenadores pedagógicos das escolas, eram os principais responsáveis pela realização das ações de promoção da alimentação adequada e saudável (PAAS). Estudo em escolas**

**(n=41) privadas de ensino fundamental de Maceió.**

<b>QUESTÕES</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
<b><i>Qual a sua formação básica para o exercício da docência?</i></b>		
Magistério (nível médio)	08	19,5
Pedagogia (nível superior)	20	48,8
Outros de nível superior	13	31,7
<b><i>Durante a sua formação básica houve capacitação para atuar em PAAS?</i></b>		
Não contemplou o tema	38	92,7
Tema contemplado de maneira incipiente	1	2,4
Contemplou o tema de forma satisfatória	2	4,9
<b><i>Após a sua formação básica, participou de algum treinamento para atuar na PAAS?</i></b>		
Sim	4	9,8
Não	37	90,2

SANTOS et al. Promoção da alimentação adequada e saudável na rede particular de ensino fundamental de Maceió, Alagoas. 2020

**Tabela 4: Caracterização das ações de promoção da alimentação adequada e saudável (PAAS) em escolas privada (n=41) de ensino fundamental de Maceió, segundo informações obtidas com professores (P) e coordenadores (C).**

CARACTERIZAÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	n	%
<i>Metodologia adotada (P)</i>		
Projetos	19	46,3
Oficinas	9	22,0
Debates/Discussões	13 <sup>a</sup>	31,7
Palestras	7	17,1
Outros	2	4,9
<i>Recursos utilizados (P)</i>		
Projektor multimídia (datashow)	20	48,8
Livros	17	41,5
Lousa	13	31,0
Aulas desenvolvidas fora do ambiente da sala	11	26,8
<i>Temas abordados (C)</i>		
Higiene (alimentos, pessoal e manipuladores)	41	100,0
Consumo excessivo de doces e açúcares	17	41,5
Consumo excessivo de enlatados e embutidos	7	17,1
Contaminação dos alimentos	6	14,6

(C): Coordenadores pedagógicos das escolas; (P): Professores referidos pelos coordenadores das respectivas escolas como os responsáveis pelo desenvolvimento de ações de promoção da alimentação adequada e saudável.

SANTOS et al. Promoção da alimentação adequada e saudável na rede particular de ensino fundamental de Maceió, Alagoas. 2020

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

### 3.1 Consideração Finais

Esse estudo foi desenvolvido tendo por objetivo caracterizar as ações de promoção da alimentação adequada e saudável desenvolvidas nas escolas privadas de Ensino Fundamental de Maceió e os pontos fortes e os fatores limitantes à realização dessas ações. Para isso, apresentou uma pergunta norteadora:

Existem ações de promoção da alimentação adequada e saudável sendo desenvolvidas nas escolas privadas de ensino fundamental de Maceió e quais os obstáculos e oportunidades para serem desenvolvidas?

As escolas não estão fazendo uso adequado do PPP, haja vista a dificuldade apresentada pelos coordenadores em localizar o referido documento. Tal aspecto prejudica o planejamento e realização das atividades, em particular, aquelas relacionadas à PAAS. Talvez isso, explique, pelo menos em parte, a ausência ou deficiência na consecução de tais atividades na maioria dos estabelecimentos. Além disso, do que fora realizado, ficou sob responsabilidade de profissionais sem qualificação adequada (e portanto, sem motivação) em alimentação e nutrição. Há necessidade de uma ampla capacitação desses profissionais, não apenas para capacitá-los quanto ao tema, mas para sensibilizá-los quanto à importância da formação de hábitos alimentares saudáveis desde a infância, visando garantir saúde e qualidade de vida a curto e longo prazos.

Sugere-se o envolvimento e sensibilização de toda a comunidade escolar (educadores, gestores, alunos e familiares) nas atividades de PAAS, para que, além da realização dessas atividades no âmbito escolar de forma mais efetiva, todos esses atores acreditem e adotem como hábitos de vida uma alimentação adequada e saudável, a fim de garantir uma população mais sadia, com menor incidência de doenças crônicas não transmissíveis e de doenças relacionadas aos maus hábitos alimentares, com consequente impacto favorável no âmbito da saúde pública.

Considera-se que os resultados encontrados nesta pesquisa, compreendem um passo inicial para subsidiar caminhos para a construção de um projeto de promoção da alimentação adequada e saudável abrangente e participativo junto aos alunos e toda a comunidade da rede privada de ensino fundamental de Maceió.

**REFERÊNCIAS**

## REFERÊNCIAS

ADA (American Dietetic Association). Reports: position of the American Dietetic Association, Society for Nutrition Education, and American School Food Service Association - Nutrition services: an essential component of comprehensive school health programs. **J Am Diet Assoc.** v. 103, p. 505-14, 2003.

BASSEDAS E, HUGUET T, SOLÉ I. Aprender e ensinar na educação infantil. Porto Alegre: Artes Medicas; p.21-27, 1999.

BIZZO, M. L. G.; LEDER, L. Educação nutricional nos parâmetros curriculares nacionais para o ensino fundamental. *Revista de Nutrição*, v. 18, n. 5, p. 661-667, 2005. ISSN 1415- 5273.

BOOG M. C. F. O professor e a alimentação escolar. Ensinando a terra e o que a terra produz. **Campinas: Komedi**; 2008.

Brasil. Lei nº 11.947 de 16 de julho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. *Diário Oficial da União* 2009; 17 jun.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. 2. ed. revisada. Brasília: Ministério da Saúde, 2003.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Manual das cantinas escolares saudáveis: promovendo a alimentação saudável / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010b.56 p. : il. color. – (Série B. Textos Básicos de Saúde)

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Manual das cantinas escolares saudáveis : promovendo a alimentação saudável / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010.

56 p. : il. color. – (Série B. Textos Básicos de Saúde) (BRASIL, 2010b)

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed., 1. reimpr. – Brasília : Ministério da Saúde, 2014. 156 p. : il.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Alimentação e Nutrição / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – 1. ed., 1. reimpr. – Brasília : Ministério da Saúde, 2013.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Alimentação e Nutrição / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – 1. ed., 1. reimpr. – Brasília : Ministério da Saúde, 2013.

Brasil. Portaria Interministerial nº. 1010 de 8 de maio de 2006. Institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. Diário Oficial da União 2006; 9 mai.);

Burity V, Franceschini T, Valente F, Recine E, Leão M, Carvalho MF. Direito Humano à Alimentação Adequada no Contexto da Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, DF: ABRANDH; 2010.

DAVANÇO G. M.; TADDEI J. A. A. C.; GAGLIANONE C. V. Conhecimentos, Atitudes e Práticas de Professores de Ciclo Básico, Expostos e Não-Expostos a Curso de Educação Nutricional. **Revista de Nutrição**. v. 17, n. 2, p. 177-184, 2004.

Educando com a horta escolar: <http://educandocomhorta.org.br>

GALVÃO, I. Henri Wallon – uma concepção dialética do desenvolvimento infantil. 4. ed. São Paulo: **Vozes**, p. 11-47, 121-122, 1998.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Objetivos do desenvolvimento do milênio: relatório nacional de acompanhamento. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica

Aplicada; 2004.

IULIANO, B. A.; CERVATO-MANCUSO, A. M.; GAMBARDELLA, A. M. D. Educação nutricional em escolas de ensino fundamental do município de Guarulhos, SP. **Mundo Saúde**, v. 3, p. 264-272, 2009.

JUZWIAK, C. R.; CASTRO, P. M.; BATISTA, S. H. S. S. A experiência da Oficina Permanente de Educação Alimentar e em Saúde (OPEAS): formação de profissionais para a promoção da alimentação saudável nas escolas. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n.4, abr. 2013.

LIMA P. G., SANTOS S. M.. O coordenador pedagógico na educação básica: desafios e perspectivas. Educere et Educare – **Revista de Educação** v. 4, n. 2, p. 1809-5208, 2007.

MACEDO, L. Jean Piaget. **Viver Mente & Cérebro**, São Paulo, v.1, p. 5-15, 2005. Coleção Memória da Pedagogia.

Marinho F. C. M., Assao T. Y. Cervato-Mancuso AM. Percepções e práticas dos diretores e coordenadores acerca da alimentação infantil em creches públicas do município de Jandira, São Paulo, Brasil. **Segurança Alimentar e Nutricional**. v. 17, n. (Supl. 2), p.40-49, 2010.

Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. 1 ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 84 p. ISBN 978-85-334-1911-7. Disponível em: <  
[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4232394/mod\\_resource/content/1/POL%C3%8DTIC%20NACIONAL%20DE%20ALIMENTA%C3%87%C3%83O%20E%20NUTRI%C3%87%20%C3%83O.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4232394/mod_resource/content/1/POL%C3%8DTIC%20NACIONAL%20DE%20ALIMENTA%C3%87%C3%83O%20E%20NUTRI%C3%87%20%C3%83O.pdf) >

NASSIF, L. E.; CAMPOS R. H. F. Édouard Claparède (1873-1940): interesse, afetividade e inteligência na concepção da psicologia funcional. **Memorandum**, v.9, p. 91-104, 2005.

OMS. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Comissão de Especialistas em Educação em Saúde da Organização Mundial da Saúde**. Washington: OMS, 1954.

PARREIRA, C.M.S.F. A construção de uma política pública de promoção da saúde no contexto escolar: um relato da experiência brasileira. Memória da Tercera Reunión de la Red Latinoamericana de Escuelas Promotoras de la Salud. OPAS/OMS Quito, Equador: 2002.

PEREZ-RODRIGO C., KLEPP K. I., YNGVE A., SJÖNSTRÖM M. M. STOCKLEY L, ARANCETA J. The school setting: an opportunity for the implementation of dietary guidelines. **Public Health**. v. 4, n. (Supl. 2B), p.717-724, 2001.

Pesquisa de orçamentos familiares 2008-2009 : análise do consumo alimentar pessoal no Brasil / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro : IBGE, 2011.

Política Nacional de Promoção da Saúde: PNPS: revisão da Portaria MS/GM nº 687, de 30 de março de 2006. Brasília: Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. 2015

Política Nacional de Promoção da Saúde: PNPS: revisão da Portaria MS/GM nº 687, de 30 de março de 2006. Brasília: Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. 2015

RIZZO G. Creche: organização, currículo, montagem e funcionamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 2000. p.121-133.)

SANTOS L. A. S. O fazer educação alimentar e nutricional: algumas contribuições para reflexão. **Cien Saude Colet**; v. 17, n. (Supl. 2), p. 453-462, 2012.

SANTOS, Jailda Silva et al . Perfil antropométrico e consumo alimentar de adolescentes de Teixeira de Freitas - Bahia. **Rev. Nutr.**, Campinas , v. 18, n. 5, p.

623-632, Oct. 2005 . Available from  
 <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-52732005000500005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732005000500005&lng=en&nrm=iso)>.

SANTOS, L. A. S. et al . Formação de coordenadores pedagógicos em alimentação escolar: um relato de experiência. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, abr. 2013 .

SCARPARO ALS, OLIVEIRA VR, BITTENCOURT JMV, RUIZ ENF, FERNANDES PF, ZYS JZ, MOULIN CC. Formação para nutricionistas que atuam no Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma avaliação da efetividade. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 18 n. 4: 1001-1008. 2013

SCHMITZ, B. A. S. et al. A escola promovendo hábitos alimentares saudáveis: uma proposta metodológica de capacitação para educadores e donos de cantina escolar. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 24, p. s312-s322, 2008. ISSN 0102-311X. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2008001400016&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2008001400016&nrm=iso) >.

SICHIERI, Rosely et al . Recomendações de alimentação e nutrição saudável para a população brasileira. **Arq Bras Endocrinol Metab**, São Paulo , v. 44, n. 3, p. 227-232, June 2000 . Available from  
 <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0004-27302000000300007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0004-27302000000300007&lng=en&nrm=iso)>. access on 13 July 2020.  
<http://dx.doi.org/10.1590/S0004-27302000000300007>

TRIGO M., SILVA M.E.M.P.; Educação nutricional na comunidade: Projeto de Hortas como veículo de Educação Nutricional. In: Garcia RWD, Cervato-Macuso AM, organizadores. *Mudanças alimentares e educação nutricional*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2011. p. 276-285

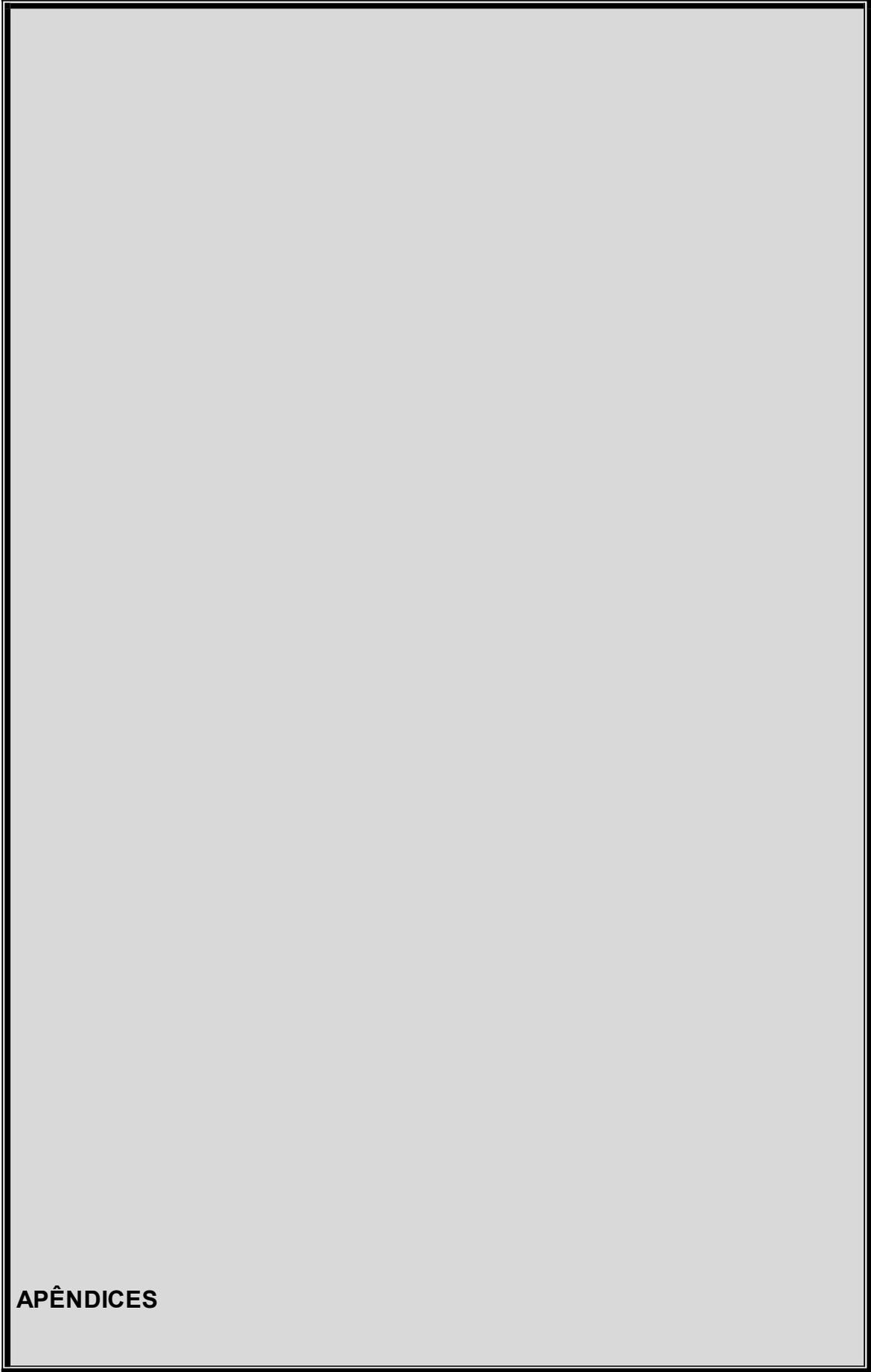
UNICEF- FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFANCIA. FOCUSING RESOURCES ON EFFECTIVE SCHOOL HEALTH: A FRESH START TO

IMPROVING THE QUALITY AND EQUITY OF EDUCATION. RELATÓRIO FINAL DO FORUM MUNDIAL DE EDUCAÇÃO. SENEGAL, 2000.

VARGAS V. S.; LOBATO R. C. O desenvolvimento de práticas alimentares saudáveis: uma estratégia de educação nutricional no ensino fundamental. **Vita et sanitas**, trindade/go, v. 1, n . 01, 2007.

VOOS A.C.; Atuação do nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar no estado do RS [monografia]. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul; 2009.

World Health Organization. Global Strategy on diet, physical activity and health. Geneva: World Health Organization; 2003.



**APÊNDICES**



## Apêndice 1



### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) Institucional

#### DIRETORES, COORDENADORES e PROFESSORES

Eu,.....,

(função).....da escola ..... tendo sido convidado (a), a participar como voluntário(a), do estudo “**Identificação das ações de Promoção da alimentação adequada e saudável nas escolas privadas de ensino fundamental de Alagoas**”, recebi do Profº. Dr. Haroldo da Silva Ferreira ou alguém da equipe por ele coordenada, as seguintes informações que me fizeram entender, sem dificuldades e sem dúvidas, os seguintes aspectos:

- Que o estudo se destina a identificar as ações de promoção da alimentação adequada e saudável desenvolvidas no contexto escolar no município de Maceió, Alagoas;
- Que a importância deste estudo é a de Caracterizar a população segundo suas condições socioeconômicas, demográficas e de saúde;
- Avaliar os conhecimentos a cerca da nutrição entre os Diretores, coordenadores, professores, merendeiras e Conselho de Alimentação Escolar (CAE) nas escolas;
- Verificar a existência de realização de educação nutricional no ambiente escolar;
- Verificar se existem diferenças entre as ações de educação nutricional nas instituições públicas e privadas;
- Identificar os principais problemas relativos ao cumprimento das normativas instituídas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);
- Conhecer os principais programas de alimentação que se inter-relacionam com o PNAE e Portaria Interministerial nº 1010 de 08 de maio de 2006.
- Que os resultados que se desejam alcançar são baseados nos requisitos da legislação, como indicativo de melhoria na qualidade da prestação de serviço, educação e de saúde;
- Que o estudo será feito por meio de uma visita inicial aos estabelecimentos para esclarecimentos da pesquisa e assinatura do TCLE, em caso de aceitação da participação, em prazo previamente estabelecido, será aplicado um formulário aos

Diretores, coordenadores, professores e merendeiras, com registro de áudio onde estes não poderão identificar sua origem (escola ou funcionário);

- Que eu participarei permitindo o acesso da pesquisadora às instalações da escola, prestando esclarecimentos a cerca do funcionamento da unidade;
- Que os incômodos que poderei sentir com a minha participação são os seguintes: expor opiniões e as informações funcionais da instituição;
- Que não há riscos a saúde física e mental;
- Que os benefícios que deverei esperar com a minha participação, mesmo que não diretamente são: contribuir com o desenvolvimento científico do Município e obter um diagnóstico detalhado a respeito das ações de Educação Alimentar e Nutricional desenvolvidas no contexto escolar no município de Maceió;
- Que, sempre que desejar serão fornecidos esclarecimentos sobre cada uma das etapas do estudo;
- Que, a qualquer momento, eu poderei recusar a continuar participando do estudo e, também, que eu poderei retirar este meu consentimento, sem que isso me traga qualquer penalidade ou prejuízo;
- Que as informações conseguidas através da minha participação não permitirão a identificação da minha pessoa e do estabelecimento de ensino do qual faço parte, exceto aos responsáveis pelo estudo, e que a divulgação das mencionadas informações só será feita entre os profissionais estudiosos do assunto;

Finalmente, tendo eu compreendido perfeitamente tudo o que me foi informado sobre a minha participação no mencionado estudo e estando consciente dos meus direitos, das minhas responsabilidades, dos riscos e dos benefícios que a minha participação implica, concordo em dele participar e para isso eu DOU O MEU CONSENTIMENTO SEM QUE PARA ISSO EU TENHA SIDO FORÇADO OU OBRIGADO.

**Endereço da escola participante**

Domicílio: (rua, praça, conjunto):

Bloco: /Nº: /Complemento:

Bairro: /CEP/Cidade: /Telefone:

Ponto de referência:

**Endereço(as), responsável(is), pela pesquisa (OBRIGATÓRIO):**

Instituição: Universidade Federal de Alagoas

Endereço: Campus A. C. Simões – BR 104 Norte – Km 96,7

Bairro: /CEP/Cidade: Tabuleiro do Martins / 57072-970 / Maceió

Telefones p/contato: 3314-1165/ 9381-2731/ 9929-1418

**ATENÇÃO: Para informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo, dirija-se ao:****Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alagoas:****Prédio da Reitoria, sala do C.O.C. , Campus A. C. Simões, Cidade Universitária****Telefone: 3214-1041**

Maceió, ...../...../.....

	
(Assinatura do(a) voluntário(a) - Rubricar as demais folhas	Nome e Assinatura do(s) responsável(eis) pelo estudo (Rubricar as demais páginas)

Apêndice 2
------------

**Identificação das ações de Promoção da alimentação adequada e saudável desenvolvidas nas escolas públicas e privadas de ensino fundamental de Alagoas**

<b>FORMULÁRIO Nº 7A: DIRETOR</b>
----------------------------------

Escola: \_\_\_\_\_ Nome: \_\_\_\_\_

Data: \_\_/\_\_/\_\_ Entrevistador: \_\_\_\_\_ Horário de início: \_\_\_\_\_ H. término:

Formação: \_\_\_\_\_

1- Como é elaborado e/ou planejado o cardápio/lanche escolar?

( ) Cantina ( ) Nutricionista ( ) Outros Quem?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

2- A escola participa de alguma forma deste processo?

( ) Sim ( ) Não

3-As atividades relacionadas a Promoção da alimentação saudável podem de alguma forma influenciar na formação de hábitos alimentares da família?

( ) Sim ( ) Não

4- Qual o papel da merenda/lanche escolar na formação de hábitos alimentares dos escolares?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

5- Você acha que é possível incluir produtos alimentares produzidos aqui na região no cardápio do lanche escolar?

( ) Sim ( ) Não

5.1 É incluído produtos alimentares produzidos aqui na região no cardápio do lanche escolar?

( ) Sim ( ) Não

6- Na sua opinião, a alimentação saudável é um direito humano?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

7- De quem é a responsabilidade inerente ao processo de implementação de alimentação saudável nas escolas?

---

8- Há compartilhamento entre a Secretaria de Saúde/Vigilância Sanitária e Secretaria de Educação?

( ) Sim ( ) Não

9- Existe apoio técnico e operacional do estado e município na implementação da alimentação saudável nas escolas?

( ) Sim ( ) Não

10- Existe apoio técnico e operacional do estado e município na implementação de capacitação de profissionais de saúde e de educação, merendeiras, cantineiros, conselheiros de alimentação escolar e outros profissionais interessados?

( ) Sim ( ) Não

**FORMULÁRIO N° 7B: COORDENADOR PEDAGÓGICO**

Escola: \_\_\_\_\_ Nome: \_\_\_\_\_

Data: \_\_/\_\_/\_\_ Entrevistador: \_\_\_\_\_ Horário de início: \_ Horário término: \_\_\_\_

1- O tema “Ações de Promoção da alimentação adequada e saudável ” está presente no projeto político pedagógico (PPP)? ( ) Sim ( ) Não

1.2 Prioritariamente ele é trabalhado em quais disciplinas?

\_\_\_\_\_

1.3 Quais os principais temas abordados, relacionados as ações de promoção da alimentação adequada e saudável?

- ( ) higiene dos alimentos ( ) consumo excessivo de sal  
 ( ) higiene dos manipuladores ( ) consumo excessivo de gordura  
 ( ) higiene pessoal ( ) consumo excessivo de doces e açúcares  
 ( ) contaminação dos alimentos ( ) conservação dos alimentos  
 ( ) consumo excessivo de enlatados e embutidos  
 ( ) outros \_\_\_\_\_

1- Existe análise do conteúdo dos livros didáticos e paradidáticos adotados, com relação aos assuntos sobre promoção da alimentação adequada e saudável? ( )

Sim ( ) Não

2.1 Como esta é realizada? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

2.2 Quem faz? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

2- Quais as estratégias pedagógicas empregadas no processo ensino-aprendizagem, em relação as atividades de PAAS?

- ( ) aprendizagem baseada em problemas ( ) aprendizagem por projetos  
 ( ) aprendizagem por investigação ( ) aprendizagem por discussão e debate  
 ( ) aprendizagem por colaboração ( ) Aula teórica/prática  
 ( ) Outros \_\_\_\_\_

4 - Existe formação/capacitação/ atualização específica do professor sobre o tema que aborda o conteúdo específico de Ações de Promoção da alimentação adequada e saudável ? ( ) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica

4.1 Qual? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

4.2 Há quanto tempo ocorreu? \_\_\_\_\_

---

5- Existe alguma atividade relacionada à Promoção da alimentação adequada e saudável desenvolvida na escola? (Ex: Feira de cultura, palestra, entre outros)

( ) Sim ( ) Não

5.1 Quais? Cite por ordem de prioridade:

---



---



---

6- Há o envolvimento dos pais nas atividades que envolvem o tema promoção da alimentação adequada e saudável ? ( ) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica

6.1 Como? \_\_\_\_\_

---



---

7- De alguma maneira a merenda escolar/lanche é abordado em sala de aula?

( ) Sim ( ) Não

7.1 Como acontece? \_\_\_\_\_

---



---

8- O professor desempenha algum papel no momento da distribuição da merenda escolar/ horário de lanche? ( ) Sim ( ) Não

8.1 Como acontece? \_\_\_\_\_

---



---

9- Você já experimentou a merenda/ lanche ofertado na escola? ( ) Sim ( ) Não

9.1 Como você a avalia?

( ) Excelente ( ) Boa ( ) Regular ( ) Ruim ( ) Não se aplica

**FORMULÁRIO N° 7C: PROFESSOR responsável pelas ações de promoção da alimentação saudável**

Escola: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Data: \_\_/\_\_/\_\_ Entrevistador: \_\_\_\_ Horário de início: \_ Horário término: \_\_\_\_

**Dados:**

1- Quantos anos você tem de docência? \_\_\_\_\_

2- Em quantas escolas trabalha?

( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ou Mais

**Formação:**

3- Qual é a sua formação? \_\_\_\_\_

4- Fez pós-graduação? ( ) Sim ( ) Não

2.1 Em quê? (Caso o entrevistado tenha mais de uma pós-graduação, referir a mais atual ou mais relevante para atuação em sua área) \_\_\_\_\_

5- Quais são as deficiências da formação universitária que você identifica com relação ao seu trabalho atual a respeito das “ações de promoção da alimentação adequada e saudável ”? \_\_\_\_\_

Fez alguma formação na área de “Ações de Promoção da alimentação saudável”?

( ) Sim ( ) Não

5.1 Em que área? \_\_\_\_\_

5.2 Qual o ano de realização? \_\_\_\_\_

5.3 Como avalia? ( ) Excelente ( ) Boa ( ) Regular ( ) Ruim ( ) Não se aplica

5.4 Quem viabilizou/de quem foi iniciativa? \_\_\_\_\_

**Educação em Saúde em sala de aula:**

1- Desenvolve ações de Promoção da alimentação saudável?

( ) Sim ( ) Não

2- O que você desenvolve como ações de Promoção da alimentação saudável com os alunos? ( ) palestras ( ) oficinas ( ) projetos ( ) discussão

( ) Outros \_\_\_\_\_

3- Porque não há ações de Promoção da alimentação saudável na série em que você leciona?

( ) falta de incentivo ( ) falta de formação na área

falta de planejamento  falta de recursos

outros \_\_\_\_\_

4- Qual metodologia é utilizada para as ações de Promoção da alimentação saudável ?

método de preleção  método de perguntas e respostas

método discussão  método áudio visuais

método de leitura  método de narração

método de tarefas  método demonstrativo

Aula teórica/prática

Outros \_\_\_\_\_

5- Quais os recursos disponíveis para aperfeiçoar a experiência da aprendizagem e prática dos estudantes?

Data show  Livros  Lousa  Aulas desenvolvidas fora de sala

Outros \_\_\_\_\_

6- Com relação ao interesse dos alunos compare as atividades de sua disciplina com o tema "Ações de Promoção da alimentação saudável".

alto  médio  baixo  não se aplica

7- Há atividades de sobre o tema Promoção da alimentação saudável promovidas na escola por outras instituições?  Sim  Não  não se aplica

7.1 Órgão/Instituição: \_\_\_\_\_

8- O que é mais importante no trabalho relativo às Ações de Promoção da alimentação saudável ? (Assinalar somente uma questão)

envolvimento no processo de construção

troca de experiências

auxiliar na formação de hábitos saudáveis

participação da comunidade escolar

desmistificar tabus e mitos na alimentação

trabalhar potencialidades locais

outros \_\_\_\_\_

9- Por que trabalhar a Ações de Promoção da alimentação saudável ?

\_\_\_\_\_

10- Qual(is) o livro didático que você utiliza para desenvolver ações Promoção da alimentação saudável ?

( ) Livro de Ciências ( ) Livro de Português ( ) Livro de Matemática

( ) Outros \_\_\_\_\_

11- Você segue o livro didático? ( ) Sim ( ) Não

Em caso negativo, por quê? \_\_\_\_\_

12- Você o corrige o livro?

( ) Sim ( ) Não

13- Acrescenta coisas ao livro didático? ( ) Sim ( ) Não

14- Você está satisfeito com o livro utilizado? ( ) Sim ( ) Não

14.1- Em caso negativo, por que trabalha com ele? \_\_\_\_\_

15- Quem o selecionou?

( ) escola ( ) SEMED ( ) MEC ( ) professores

( ) Outro \_\_\_\_\_

16- Em sua opinião, o que põe em risco a saúde dos alunos em relação à alimentação? (Selecionar apenas uma questão)

( ) higiene dos alimentos ( ) consumo excessivo de sal

( ) higiene dos manipuladores ( ) consumo excessivo de gordura

( ) higiene pessoal ( ) consumo excessivo de doces e açúcares

( ) contaminação dos alimentos ( ) conservação dos alimentos

( ) consumo excessivo de enlatados e embutidos

( ) outros \_\_\_\_\_

17- De acordo com a questão anterior, Isso é trabalhado em sala de aula?

( ) Sim ( ) Não

18- Qual a carga horária disponibilizada para as atividades relacionadas a Promoção da alimentação saudável ? \_\_\_\_\_

19 As atividades relacionadas a Promoção da alimentação saudável podem de alguma forma influenciar na formação de hábitos alimentares da família?

( ) Sim ( ) Não

20- Segurança alimentar e Nutricional: O que significa para você?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

21- Existe produção de hortas escolares para a realização de atividades com os alunos e a utilização dos alimentos produzidos na alimentação ofertada na escola?

( ) Sim ( ) Não

22- Há restrição ao comércio, no ambiente escolar, de alimentos e preparações com altos teores de gordura saturada, gordura trans, açúcar livre e sal?

( ) Sim ( ) Não

23- Há divulgação de opções de alimentação saudável?

( ) Sim ( ) Não

24- Há incentivo ao consumo de frutas, legumes e verduras?

( ) Sim ( ) Não

25- Existe monitoramento da situação nutricional dos escolares? (Antropometria)

( ) Sim ( ) Não

26- A escola redimensiona as ações desenvolvidas no cotidiano escolar, valorizando a alimentação como estratégia de promoção da saúde?

( ) Sim ( ) Não

27- Existem estratégias, em conjunto com a comunidade escolar, para favorecer escolhas saudáveis?

( ) Sim ( ) Não

28- Existe estratégias de informação às famílias, enfatizando sua co-responsabilidade e a importância de sua participação neste processo?

( ) Sim ( ) Não

29- Existe divulgação das experiências da alimentação saudável desenvolvida na escola para outras escolas ou entre as turmas, trocando informações e vivências?

( ) Sim ( ) Não

**ANEXOS**

**Anexo 01: Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**  
**COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA**

Maceió – AL, 17/09/2012

Senhor (a) Pesquisador (a), Haroldo da Silva Ferreira  
Telma Maria de Menezes Toledo Florêncio

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) 14/09/2012, em e com base no parecer emitido pelo (a) relator (a) do processo nº 017299/2011-43 sob o título, **Avaliação da realização do direito humano à alimentação adequada entre os alunos da rede pública e privada de ensino fundamental do estado de Alagoas**, vem por meio deste instrumento comunicar a aprovação do processo supra citado, com base no item VIII.13, b, da Resolução nº 196/96.

O CEP deve ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo (Res. CNS 196/96, item V.4).

É papel do(a) pesquisador(a) assegurar medidas imediatas adequadas frente a evento grave ocorrido (mesmo que tenha sido em outro centro), e enviar notificação ao CEP e à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA – junto com seu posicionamento.

Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada e sua justificativa. Em caso de projeto do Grupo I ou II apresentados anteriormente à ANVISA, o(a) pesquisador(a) ou patrocinador(a) deve enviá-los à mesma junto com o parecer aprovatório do CEP, para serem incluídas ao protocolo inicial (Res. 251/97, item IV. 2.e).

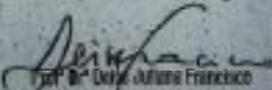
Relatórios parciais e finais devem ser apresentados ao CEP, de acordo com os prazos estabelecidos no Cronograma do Protocolo e na Res. CNS, 196/96.

Na eventualidade de esclarecimentos adicionais, este Comitê coloca-se a disposição dos interessados para o acompanhamento da pesquisa em seus dilemas éticos e exigências contidas nas Resoluções supra referidas.

Esta aprovação não é válida para subprojetos oriundos do protocolo de pesquisa acima referido.

(\*) Áreas temáticas especiais.

Válido até Setembro de 2013.

  
 Telma Maria de Menezes Toledo Florêncio  
 Coordenadora do Comitê de  
 Ética em Pesquisa -UFAL